



Colóquio Luso-Brasileiro

A CASA SENHORIAL

Em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX)

Anatomia dos Interiores

Salão Nobre do Palácio Azurara

Museu de Artes Decorativas Portuguesas / Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva

4, 5 e 6 de Junho de 2014

FCT (PTDC/EAT-HAT/112229/2009)

A CASA SENHORIAL

Em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX)
Anatomia dos Interiores

Salão Nobre do Palácio Azurara

Museu de Artes Decorativas Portuguesas / Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva

4, 5 e 6 de Junho de 2014

O colóquio *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX)*. *Anatomia dos Interiores* pretende chamar a atenção para um dos aspectos menos conhecidos do património artístico luso-brasileiro: a Casa Senhorial em contexto urbano e rural, escrutinada através da organização e da articulação dos espaços e da decoração dos seus interiores, testemunho do dia-a-dia das famílias que a habitaram.

As comunicações inserem-se em quatro linhas temáticas:

Mecenas e artistas. Vivências e rituais. A Casa Senhorial através do conhecimento das famílias que a habitaram; os artistas que participaram na sua construção e decoração; os programas decorativos e iconográficos.

Arquitetura, estruturas e programas distributivos. O espaço interior e a função das várias divisões; a circulação, as escadarias e a sua articulação com a entrada, as salas de aparato, as zonas privadas e as zonas de serviço; nomenclaturas funcionais e simbólicas de cada espaço.

A ornamentação fixa. A decoração aplicada: do azulejo à pintura mural, passando pelos estuques decorativos, pela madeira e pedraria, pelos tecidos e papel de parede.

O equipamento móvel. Os objetos que contribuiram para o aparato e conforto das casas ao longo de gerações: prataria, vidros, louças, candelabros, tapeçarias, tapetes, móveis, *bibelots* e equipamento utilitário.



Comissão de Honra

António Filipe Pimentel

Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga

Fernando de Mascarenhas

Presidente da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna

Luís Ferreira Calado

Presidente da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva

Manolo Garcia Florentino

Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa

Raquel Henriques da Silva

Diretora do Instituto de História da Arte
da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa

Comissão Científica

Ana Cristina Costa Gomes – Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva e Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Ana Lúcia Vieira dos Santos – Fundação Casa de Rui Barbosa

Ana Paula Rebelo Correia – Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva e Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Ana Pessoa – Fundação Casa de Rui Barbosa

Anísio Franco – Museu Nacional de Arte Antiga

Celina Bastos – Museu Nacional de Arte Antiga

Conceição Borges de Sousa – Museu Nacional de Arte Antiga

Gonçalo de Vasconcelos e Sousa – Universidade Católica Portuguesa

Hélder Carita – Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva e Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Isabel Mayer Godinho Mendonça – Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva e Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Isabel Sanson Portella – Museu da República (IBRAM)

José Belmont Pessôa – Universidade Federal Fluminense

José Meco – Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva

Maria Helena Mendes Pinto – Museu Nacional de Arte Antiga

Maria João Ferreira – Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Marize Malta – Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Miguel Metelo de Seixas – Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Vítor Serrão – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Comissão Organizadora

Ana Cristina Costa Gomes, Ana Paula Rebelo Correia,
Hélder Carita, Isabel Mendonça

Secretariado

Lina Oliveira, Tiago Molarinho Antunes

Informações

Antónia Narciso
00351 218 814 695

casa.senhorial.lisboa.rio@gmail.com

Museu de Artes Decorativas

Largo das Portas do Sol, nº 2, 1100-411 Lisboa

Entrada livre condicionada à lotação da sala

O colóquio *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX)*. *Anatomia dos Interiores* insere-se no projeto de investigação homónimo financiado pela FCT (PTDC/EAT-HAT/112229/2009), em curso no Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, realizado em parceria com instituições portuguesas – a Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, a Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva e o Museu Nacional de Arte Antiga – e ainda com a Fundação Casa de Rui Barbosa, do Rio de Janeiro.



A CASA SENHORIAL EM LISBOA E NO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA

Dia 4 de Junho de 2014

10:00 Boas vindas e apresentação do colóquio

MECENAS E ARTISTAS. VIVÊNCIAS E RITUAIS

- 10:30 **Cátia Teles e Marques**
catischelesemarques@gmail.com
Modelos de representação protagonizados por bispos da nobreza nos paços episcopais durante o período pós-tridentino em Portugal.
- 11:00 **Daniela Viggiani**
daniela.viggiani@umontreal.ca
L'Abecedario Pittorico de Pellegrino Antonio Orlandi.
- 11:30/ 12:00 Intervalo
- 12:00 **Celina Borges Lemos**
celinaborg@gmail.com
André Guilherme Dornelles Dangelo
andregddangelo@gmail.com
Solar “Casa Padre Toledo”: o bem cultural como uma conjunção ritualística de espaços e tempos limiares.
- 12:30 **Maurício Vicente Ferreira Júnior**
Mauricio.Ferreira@museus.gov.br
D. Pedro II e sua vilegiatura tropical serrana.

- 13:00/ 14:30 **Almoço livre**
- 14:30 **Gonçalo de Vasconcelos e Sousa**
gsousa@porto.ucp.pt
Os arquivos particulares e o estudo das Artes Decorativas dos palácios de Lisboa dos séculos XVIII e XIX.
- 15:00 **Miguel Metelo de Seixas**
miguelmeteloseixas@gmail.com
O uso da Heráldica no interior da casa senhorial portuguesa do Antigo Regime: propostas de sistematização e entendimento.

ARQUITETURA, ESTRUTURAS E PROGRAMAS DISTRIBUTIVOS

- 15:30 **Isabel Soares de Albergaria**
ialbergaria@uac.pt
O Palácio dos Câmaras aos Mártires – um caso excepcional da opulência seiscentista.
- 16:00/ 16:30 **Intervalo**
- 16:30 **João Vieira Caldas**
jcaldas@civil.ist.utl.pt
Maria João Pereira Coutinho
mjpereiracoutinho@gmail.com
O nome e a função: Terminologia e uso dos compartimentos na casa nobre urbana da primeira metade do século XVIII.
- 17:00 **Hélder Carita**
hc.atelier@clix.pt
O Palácio Ramalhete, nas Janelas Verdes: uma tipologia de palacete pombalino.
- 17:30 **Ana Lúcia Vieira dos Santos**
aluciavs@gmail.com
Formas de morar no Rio de Janeiro do século XIX – espaço interior e representação social.

Dia 5 de Junho de 2014

- 10:00 **Mariana Pinto da Rocha Jorge Ferreira**
mjf@netcabo.pt
Tiago Molarinho Antunes
tmolarinho@gmail.com
O Palácio dos Condes da Ribeira Grande, na Junqueira: Análise do conjunto edificado.
- 10:30 **José Pessoa**
jsbpessoa@uol.com.br
Padrões distributivos das casas senhoriais no Rio de Janeiro do primeiro quartel do século XIX.
- 11:00 **José Marques Morgado Neto**
jmorgadoneto@yahoo.com.br
As casas senhoriais da Belém colonial entre os séculos XVIII e XIX: sob a perspectiva dos relatos de viajantes, da iconografia da época e da remanescência no centro histórico da cidade.
- 11:30/ 12:00 Intervalo
- 12:00 **Gustavo Reinaldo Alves do Carmo**
gutoracarmo@ig.com.br
O Palácio das Laranjeiras e a *Belle Époque* no Rio de Janeiro. (1909-1914)
- 12:30 **Patrícia Thomé Junqueira Schettino**
pathoju@gmail.com
Celina Borges Lemos
celinaborg@gmail.com
O Palacete Carioca. Estudo sobre a relação entre as transformações da arquitetura residencial da elite e a evolução do papel social feminino no final do século XIX e início do século XX no Rio de Janeiro.
- 13:00/ 14:30 Almoço livre

- 14:30 **Felipe Azevedo Bosi**
bosiarquitetura@gmail.com
Palácio Isabel: O Palácio do Conde e Condessa d’Eu no segundo reinado brasileiro.
- 15:00 **Paulo Manta Pereira**
paabmp1964@gmail.com
A Arquitetura doméstica de Raul Lino (1900-1918). Expressão meridional do *Arts and Crafts*, ou síntese local de um movimento artístico universal do último terço de Oitocentos.

A ORNAMENTAÇÃO FIXA

- 15:30 **Ana Paula Correia**
paula.rebelocorreia@hotmail.com
Memórias de casas senhoriais – patrimónios esquecidos.
- 16:00/16:30 Intervalo
- 16:30 **José Meco**
josemeco@sapo.pt
Capelas palacianas do século XVIII na região de Lisboa.
- 17:00 **Sofia Braga**
sofiamarceau@gmail.com
Sobre a sala Pompeia do antigo Palácio da Ega.
- 17:30 **Ana Cristina Costa Gomes**
cristinacostagomes@hotmail.com
Isabel Murta Pina
isabelpina@cccm.pt
Papéis de parede chineses em casas senhoriais portuguesas no século XVIII.

Dia 6 de Junho de 2014

- 10:00 **Ana Pessoa**
anapessoa55@gmail.com
A arte decorativa nas casas de elite do Rio de Janeiro do século XIX.
- 10:30 **Isabel Mendonça**
isabelmendonca@hotmail.com
Estuques de Paris e *parquets* de Bruxelas num palácio oitocentista de Lisboa.
- 11:00 **Isabel Sanson Portella**
isabel.portella@gmail.com
Análise tipológica dos padrões dos pisos *parquet* dos salões do Palácio Nova Friburgo / Palácio do Catete.
- 11:30/ 12:00 Intervalo
- 12:00 **Alexandre Mascarenhas**
alexandre.mascarenhas@ifmg.edu.br
Cristina Rozisky
crisroz@hotmail.com
Fábio Galli
fabiogallirestauro@uol.com.br
A “Casa Senhorial” em Pelotas no século XIX: família Antunes Maciel.
- 12:30 **Miguel Leal**
mnsml70@hotmail.com
A pintura decorativa do Palacete Alves Machado.
- 13:00/ 14:30 Almoço livre

14:30

Rosa Arraes

rosaarraes@hotmail.com

A função social das decorações e seus ornatos nos palacetes da *Belle Époque* amazônica.

EQUIPAMENTO MÓVEL

15:00

Maria João Ferreira

mjoaopferreira@gmail.com

Ecossistemas de hábitos e usos nos inventários: os adereços têxteis nos interiores das residências senhoriais lisboetas seiscentistas e setecentistas.

15:30

Maria Aparecida de Menezes Borrego

mariaaparecidaborrego@gmail.com

Fontes e métodos para o estudo da casa colonial: relatos de uma experiência de pesquisa realizada no Museu Paulista/USP.

16:00/ 16:30

Intervalo

16:30

Marize Malta

marizemalta@uol.com.br

Sumptuoso leilão de ricos móveis... Um estudo sobre o mobiliário das casas senhoriais oitocentistas no Rio de Janeiro por meio de compras e vendas.

17:00

Encerramento do colóquio

17:30

Apresentação do livro

Casas Senhoriais Rio – Lisboa e seus interiores.





Resumos



CÁTIA TELES E MARQUES

catiatelesemarques@gmail.com

4 de Junho de 2014, 10:30

Mecenas e artistas. Vivências e rituais

Modelos de representação protagonizados por bispos da nobreza nos paços episcopais durante o período pós-tridentino em Portugal

Os modelos de representação dos bispos e as formas de habitar os seus paços têm merecido pouca atenção por parte da historiografia portuguesa, particularmente sobre o período que se seguiu ao Concílio de Trento, que foi fecundo na implementação de reformas diocesanas. Uma delas, em especial, referiu-se à obrigatoriedade de residência dos prelados nos seus bispados, que conduziu à reforma dos paços para acolher em permanência os bispos e as suas casas.

A presente comunicação procurará expor as razões que presidiram às alterações nos modos de habitar os paços, focando a atenção na literatura de comportamento e de sociabilidade produzida no século XVI, como o tratado de Gasparo Contarini (*De officio episcopi*, 1571) ou o *Stimulus Pastorum* de Frei Bartolomeu dos Mártires (1565). Estas obras, em particular a última, promoveram um novo ideal do bispo «Pastor da Igreja», por oposição ao que vigorava até então: o de «Príncipe da Igreja», mais próximo dos padrões da alta nobreza e pouco consentâneo com os princípios da Reforma Católica.

Procurar-se-á entender de que forma se traduziram estas alterações em Portugal, partindo da leitura das fontes biográficas referentes a três notáveis prelados do período pós-tridentino: D. Jorge de Ataíde (bispo de Viseu, 1568-78), D. Teotónio de Bragança (arcebispo de Évora, 1578-1602) e D. Afonso de Castelo Branco (bispo de Faro e de Coimbra, 1581-85; 1585-1615). Nas descrições das vidas destes bispos, descendentes da nobreza do reino, revela-se a forma como habitaram os seus paços, que obras mandaram empreender, os objectos que tinham ao seu serviço e as peças que decoravam os interiores das casas.

Se bem que a literatura biográfica da época tenha formulado imagens idealizadas de personagens ilustres, ela constitui, todavia, uma fonte relevante para o estudo dos interiores,

dos bens móveis e das vivências e rituais observados nos paços episcopais. Ou seja, mostra ainda como os interiores e os objectos que os povoaram e serviram quem os habitou reflectem os códigos de civilidade coetâneos e os modelos de representação pública praticados por representantes do alto clero. Estes conheciam bem os hábitos das elites, não só por via da sua ascendência e educação como pela proximidade da corte no exercício dos cargos oficiais que desempenharam por nomeação régia.

Em que medida, então, estes três prelados se aproximaram ou afastaram das práticas de consumo e dos códigos sociais da nobreza na forma como habitaram os seus paços e se faziam representar? Nesta comunicação procurar-se-á reflectir sobre esta questão, alargando o âmbito do estudo das casas senhoriais portuguesas às do clero secular na transição do século XVI para o XVII.

CÁTIA TELES E MARQUES. *Doutora em História da Arte Moderna (FCSH/NOVA, 2013), tem dedicado a sua investigação ao estudo das sacristias no período moderno, na perspectiva da leitura tipológica do espaço e das artes decorativas, cruzada com as questões da encomenda e da liturgia. Entre as suas publicações, destaca-se a co- coordenação científica do nº 9 da Revista de História da Arte – Arquitectura, Urbanismo e Artes Decorativas. Séculos XVII e XVIII (IHA/NOVA, 2012). É investigadora do Instituto de História da Arte (FCSH/NOVA) e, actualmente, bolsista de investigação do projecto de I&D “Da cidade sacra à cidade laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX” (PTDC/CPC-HAT/4703/2012). Paralelamente, tem experiência profissional na área da salvaguarda do Património Arquitectónico que adquiriu como assessora da Direcção do GECORPA e coordenadora editorial da revista Pedra & Cal. Foi co-autora do projecto “Itinerários Culturais em Lisboa” (2007/8), desenvolvido para a ATL (<http://www.visitlisboa.com/travelplanner/default.asp?lng=pt>).*





DANIELA VIGGIANI

daniela.viggiani@umontreal.ca

4 de Junho de 2014, 11:00

Mecenas e Artistas. Vivências e rituais

L' Abecedario Pittorico de Pellegrino Antonio Orlandi

L' "Abecedario Pittorico" de Pellegrino Antonio Orlandi, na reedição de Pietro Guarienti de 1753 (Veneza, Ed. Pasquali), é uma fonte de conhecimento de grande importância para o colecionismo artístico português. Mercador de arte e restaurador, Pietro Guarienti (Verona 1678 - Dresden 1753) viveu em Lisboa, nos anos 30 do século XVIII onde conheceu muitos colecionadores, cujos nomes e objectos artísticos refere na sua obra.

Na minha comunicação apresentarei alguns dos colecionadores citados por Guarienti, em particular o conde de Cocolim e D. Diogo de Nápoles Noronha e Veiga, figuras pouco conhecidas da historiografia portuguesa, que, pela qualidade das suas colecções, merecem uma atenção particular.

D. Francisco de Mascarenhas, terceiro conde de Cocolim (1702-?), residiu no palácio do Terreiro do Trigo que ainda guarda o seu nome e a pedra de armas da família Mascarenhas. O título de conde de Cocolim (Cocolim é uma versão errada mas generalizada de Cuncolim) foi concedido pelo Príncipe Regente, D. Pedro II, a D. Francisco de Mascarenhas (1662-1685), membro do seu Conselho e filho segundo dos primeiros marqueses de Fronteira. A colecção de pintura do conde de Cocolim fez parte da decoração do palácio, que incluía "excelentes tapeçarias, admiráveis móveis, peças de prata de grande valor", como refere um artigo da "Gazeta de Lisboa", em 1719.

Descendente de D. Tomás de Noronha († 1651), poeta aristocrático citado na "Biblioteca Lusitana" de Diogo Barbosa Machado, D. Diogo de Noronha Veiga e Nápoles (1695?- 1769) era Senhor dos morgados de Jordão, Fidalgo da Casa Real e Familiar do Santo Ofício. Segundo a documentação, residia na freguesia de São Vicente de Fora. "*Amantissimo della pittura*", conforme definiu Guarienti, era ainda proprietário de uma biblioteca.

A característica comum às duas colecções aqui consideradas, como a outras colecções que Guarienti conheceu em Lisboa, é a forte presença de pinturas flamengas e holandesas, de excelente qualidade, muitas delas assinadas. No palácio do conde de Coculim, Guarienti refere as obras de Daniel Seghers, numerosos quadros de Pieter Snayers e um excepcional “filósofo” de Salomon Koninck que classificou como “*così naturale che pare vivo*”. Sobre a “*bella raccolta di pitture*” de D. Diogo de Nápoles, o *connoisseur* italiano menciona um “*prezioso quadro*” de Adriaen van Nieulandt, uma “*bellissima marina*” de Bonaventura Peeters, uma Sagrada Família assinada por Cornelis de Vos e duas obras de Theobald Michau, que descreve como “*bellissime vedute di paesi con quantità di figurette di una mirabile vaghezza di colorito*”.

DANIELA VIGGIANI é mestre em Conservação dos Bens Culturais pela Universidade de Génova (2000) e tem diplomas de especialização em Museologia pela École du Louvre de Paris (2001) e em História da Arte pela Universidade de Pisa (2006). Trabalhou como historiadora da arte na Galleria di Palazzo Rosso em Génova.

Actualmente é doutoranda no Departamento de História da Arte da Universidade de Montréal (Québec, Canadá). A sua tese de doutoramento, “L’*édition de l’Abecedario Pittorico de Pietro Maria Guarienti (1753), une source pour l’histoire de l’art portugais*”, compreende uma análise crítica das notícias artísticas relativas a Portugal.

Desde 2010 é membro da Chaire sur la Culture Portugaise da Universidade de Montréal. Em 2012 obteve uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian para estudar in loco a matéria da sua tese.





CELINA BORGES LEMOS

celinaborg@gmail.com



**ANDRÉ GUILHERME
DORNELLES DANGELO**

andregddangelo@gmail.com

4 de Junho de 2014, 12:00

Mecenas e artistas. Vivências e rituais

Solar “Casa Padre Toledo”: o bem cultural como uma conjunção ritualística de espaços e tempos limiaries

O artigo aborda a análise do solar identificado historicamente como “Casa Padre Toledo”, que representa um dos relevantes bens culturais construídos ao longo do século XVIII no município de Tiradentes, Minas Gerais.

Marco arquitetônico simbólico do período florescente da exploração mineral na rica Vila de São José Del Rei, que pertencia à Comarca do Rio das Mortes, o solar congrega limiaries de espaços e tempos diversos de grande relevância social, política e cultural. A condensação de iniciativas e acontecimentos sediados ou em torno do solar rememora uma ideia de “limiarologia”, que a relaciona com “ritos de passagens”, ou seja, atos que transpõem os limiaries entre estados, espaços ou tempos. São os entre mundos, ou mundos intermediários que compõem os ritos que se desenrolam no solar, enquanto manifestos e registros da arquitetura, cultura e vivência política, que condensam e transitam por vários espaços e tempos.

O entre o estar na casa e o estar fora dela, o privado e o público são situações do estilo de morar como espaços e tempos limiaries em que a modulação sociopolítica está condicionada a ritos de contiguidade e ritos que passam circunstancialmente 1731, Capitania de São Paulo, de onde no século anterior haviam partido tantas entradas e bandeiras, atravessando a Mantiqueira em busca das minas.

Padre Toledo foi designado vigário, em 1777, para a Matriz de Santo Antônio em São José Del Rei, tendo lá permanecido até 1789 quando foi preso e em seguida expatriado para Portugal. A sua casa fazia parte do casario mais sofisticado setecentista da Vila, não havendo fontes precisas que informem a data da sua construção, bem como os detalhes ornamentais nela presentes. Essa conforma um solar de andar único, acrescido, posteriormente, de pequeno torreão/mirante que lhe atribuiu uma maior monumentalidade.

A construção, como uma casa nobre, é dotada de detalhes referenciados na arquitetura portuguesa e apresenta forros retos e em forma de gamela, que são pintados e são complementados por vestígios de pintura nos planos parietais em alguns cômodos que sugerem uma decoração original. O conjunto de características que contribuem para singularizar o solar representa uma incidência rara nas residências particulares da época e tem sua força simbólica ritualizada e ampliada com a presença do ilustre morador inconfidente mineiro Padre Toledo.

CELINA BORGES LEMOS. Arquiteta e Urbanista, Mestre em Sociologia pela UFMG, Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com Pós-doutorado pela FAU/USP. Professora Associada do Departamento de Análise Crítica e Histórica da Arquitetura e do Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

ANDRÉ GUILHERME DORNELLES DANGELO. Arquiteto e Urbanista, Mestre em Ciências da Arquitetura pela UFRJ, Doutor em História pela FAFICH/UFMG. Professor Adjunto do Departamento de Análise Crítica e Histórica da Arquitetura e do Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.





MAURÍCIO VICENTE FERREIRA JUNIOR

mauricio.ferreira@museus.gov.br

ferreirajr.mauricio@gmail.com

4 de Junho de 2014, 12:30

Mecenas e artistas. Vivências e rituais

D. Pedro II e sua vilegiatura tropical serrana

“5 de janeiro de 1862 - Cheguei hoje a Petrópolis às 10 horas da manhã. Pretendo distribuir assim o tempo. Acordar às 6, e até às 7 grego ou hebraico; passeio até 8 ou 8 ½, e desde então até 10 grego ou hebraico. 10h almoço. De meio-dia às 4 exceto 3as e 5as em que será até às 3, exame de negócios, ou estudo. Jantar, e às 5 ½ passeio. Das 9 às 11 escrita deste livro; depois dormir.”

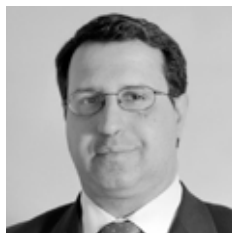
Diário de D. Pedro II. Volume 9, 1862

Homem de rigorosa educação e requintada cultura, D. Pedro de Alcântara (1825-1891) era conhecedor e admirador da prática comportamental dos monarcas e aristocratas da Europa do Antigo Regime celebrizada na trilogia de Carlo Goldoni (1707-1793), *La Villeggiatura*, de 1761. Durante seu reinado (1831-1889), D. Pedro II acompanhou a recorrência da vilegiatura de natureza, digamos, palaciana, mas, ao mesmo tempo, observou a ocorrência de grandes transformações nas sociedades liberais operadas pelo progresso material. A organização sistemática de percursos para o transporte coletivo permitiu que segmentos da população pudessem organizar seu tempo e orçamento de forma a garantir momentos dedicados ao lazer. Como resultado, observamos uma diversificação na prática da vilegiatura que passou a incorporar novos atores graças à crescente mobilidade social.

Em Petrópolis não foi diferente. E graças ao incentivo do próprio monarca, surge, em meados do século XIX, a vilegiatura tropical serrana. A base foi o antigo Palácio Imperial de Petrópolis, residência favorita do imperador, construída entre 1845 e 1862, onde costumava passar de quatro a seis meses ao ano com sua família, dedicando-se às atividades que consolidaram a prática em terras tropicais. Ao redor da edificação, cresceu a cidade de Petrópolis, instituída por decreto imperial em 16 de março de 1843, e que contou, desde o início, com transporte e setores de hotelaria, gastronomia e serviços voltados para o atendimento aos vilegiaturistas nobres, burgueses e dos grupos médios da sociedade do Rio de Janeiro.

MAURÍCIO VICENTE FERREIRA JÚNIOR. *Master of Arts, Museum Studies Curatorial - State University of New York, 2003. Bacharel em História - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984. Pesquisador e Diretor do Museu Imperial - Instituto Brasileiro de Museus - Ministério da Cultura. Professor de História do Brasil e História da Arte - Universidade Católica de Petrópolis. Professor de Cultura Brasileira - Universidade Estácio de Sá. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sócio do Instituto Histórico de Petrópolis. Membro da Comissão de Arte Sacra e Liturgia da Diocese de Petrópolis. Membro dos conselhos de Patrimônio e Cultura da Cidade de Petrópolis. Medalha de Mérito Tamandaré - Marinha do Brasil. Medalha de Honra ao Mérito 90 Anos da Escola de Museologia - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Medalha Honra ao Mérito Cláudio de Souza - PEN Club do Brasil.*





GONÇALO DE VASCONCELOS E SOUSA

gsousa@porto.ucp.pt

4 de Junho de 2014, 14:30

Mecenas e artistas. Vivências e rituais

Os arquivos particulares e o estudo das Artes Decorativas dos palácios de Lisboa dos séculos XVIII e XIX

Repositórios das mais minudentes informações sobre o quotidiano das famílias da Corte, nos mais diversos níveis, os seus arquivos constituem uma peça fundamental no escrutinar dos gastos das suas casas e do *modus vivendi* que as caracterizava. Despesas em decorações, pagamentos a pintores, estucadores e marceneiros, gastos com jóias e traje, aquisição de pratos e sumptuosas jóias, tudo deveria ficar registado e perpetuado fisicamente nos escritórios, verdadeiras contabilidades, que continham os papéis da Casa.

Com a dispersão de muitos dos arquivos das grandes famílias titulares e outras, que povoavam a capital portuguesa com os seus palácios, dispersou-se a possibilidade do conhecimento de grandes elementos artísticos ou de pequenas frivolidades, todas elas subsídios interessantes para a reconstituição do gosto, da moda e da ligação e investimento que essas famílias efectuavam nas suas residências.

Esta comunicação pretende, na sua generalidade, abordar algumas situações de arquivos de família e tipologias documentais, importantes para a verificação do gosto da Corte nos séculos XVIII e XIX. Do duque de Lafões ao marquês da Foz, quase na transição para o século XX, dos condes de Vila Nova/marquês de Abrantes aos marquês de Marialva, analisaremos a relevância de alguma da documentação sobrevivente para a aferição do grau de afinidade das elites cortesãs com as Artes Decorativas e os objectos do seu quotidiano.

GONÇALO DE VASCONCELOS E SOUSA. *Doutor e Agregado em História da Arte pela FLUP, onde defendeu a sua dissertação de Mestrado (1997). Professor Catedrático da Escola das Artes da UCP, onde dirige o Departamento de Arte e Restauro, o CITAR e o Centro Interpretativo da Ourivesaria do Norte de Portugal. Académico Correspondente da Academia Portuguesa da História (2003) e da Academia Nacional de Belas-Artes (2001), é Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (2010). Presidiu ao Conselho Director do Círculo Dr. José de Figueiredo (1997-2006), instituição de que é Sócio Honorário (2014).*

Recebeu o Prémio D. António Ferreira Gomes, da UCP (1989), o Prémio da Fundação Eng.º António de Almeida pela mais elevada classificação da Licenciatura do seu Curso (1994) e o Prémio Fundação Calouste Gulbenkian de História Regional e Local, da Academia Portuguesa da História (ex-aequo, 2005). Director da Revista de Artes Decorativas, da revista Museu e da revista Filermo.





MIGUEL METELO DE SEIXAS

miguelmeteloseixas@gmail.com

4 de Junho de 2014, 15:00

Mecenas e artistas. Vivências e rituais

O uso da Heráldica no interior da casa senhorial portuguesa do Antigo Regime: propostas de sistematização e entendimento

A presente comunicação tem como ponto de partida o levantamento heráldico operado pelos bolséis do projecto “A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos XVIII-XIX). Anatomia dos Interiores”, quer na sua vertente arquivística, quer patrimonial. Com base nas manifestações armoriadas assim arroladas, vem chamar-se a atenção para o interesse de que a Heráldica se pode revestir para o estudo do património, em particular no que se refere ao entendimento das artes decorativas aplicadas ao interior das casas senhoriais. Mais do que uma análise heráldica praticada em moldes tradicionais – isto é, como instrumento passível de fornecer dados para identificação e datação de comanditários ou de campanhas de obras –, a presente abordagem ambiciona caracterizar, para o período em apreço, o recurso à decoração heráldica tanto em aplicações estruturais do espaço interior, como em objectos de todo o tipo, como elementos decorativos ou funcionais integrados no recheio das casas senhoriais lisboetas. Propõe-se, assim, analisar o conjunto de tais manifestações heráldicas enquanto documento integral, que funcionou como forma de auto-representação e de comunicação, conferindo uma mensagem e um sentido concretos aos objectos e aos espaços em que se inseria. A comparação dos diversos edifícios estudados permitirá estabelecer tipologias da heraldização do espaço senhorial, as quais deverão naturalmente ter em conta os diferentes contextos socioculturais em que tais práticas se inscreviam, bem como as diversificadas estratégias de afirmação social das famílias detentoras do mesmo património arquitectónico e artístico. Mais do que respostas definitivas, a presente comunicação deseja sobretudo propor, com sustento no inédito levantamento realizado, uma primeira caracterização geral da aplicação da heráldica na decoração e recheio das casas senhoriais lisboetas. Com base nessa caracterização, apresentar-se-ão diversos

modelos para um entendimento fundamentado das estratégias de recurso à heráldica como forma de construção visual de uma auto-representação das camadas proeminentes da sociedade portuguesa do Antigo Regime.

MIGUEL METELO DE SEIXAS. Doutor em História pela Universidade Lusíada de Lisboa, onde é professor auxiliar e dirige desde 1998 o Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos. É desde 2011 bolseiro de pós-doutoramento FCT, como investigador do Instituto de Estudos Medievais e do Centro de História de Além-Mar, ambos da Universidade Nova de Lisboa, com um projecto sobre “A heráldica portuguesa (séculos XV - XVIII): um código de representação social e política”, acolhido também na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris). Na área da heráldica e da história, tem publicado, desde 1994, numerosos livros, obras colectivas, capítulos de livros e artigos, com destaque para “Heráldica, representação do poder e memória da nação” (2011), e editou em 2013 o armorial seiscentista “Compendio das Armas dos Reynos de Portugal & Algarve & das Cidades e Villas principaes delles”. É presidente do Instituto Português de Heráldica, membro do conselho redactorial de “Anais de História de Além-Mar” e director da revista “Armas e Troféus”.





ISABEL SOARES DE ALBERGARIA

ialbergaria@uac.pt

4 de Junho de 2014, 15:30

Arquitetura, estruturas e programas distributivos

O Palácio dos Câmaras aos Mártires - um caso excepcional da opulência seiscentista

Um dos edifícios que mais se destaca em todas as vistas antigas de Lisboa, tanto pela imponência da sua massa construída como pelo traçado regular e austero do desenho dos vãos que compõem a fachada, é sem dúvida o palácio dos Câmaras, condes de Vila Franca/Ribeira Grande. O imóvel, implantado frente ao adro da igreja de Nossa Senhora dos Mártires junto ao antigo convento de S. Francisco, na freguesia dos Mártires, foi um dos que sucumbiu totalmente ao peso destrutivo do terramoto de 1755, à semelhança de tantos outros palácios lisboetas. Diferentemente de muitos outros, porém, a iconografia ulissiponense abre possibilidade a uma abordagem da composição estrutural e espacial do edifício. Mais importante ainda, o núcleo de documentação inédita do arquivo familiar dos condes da Ribeira (a que tivemos acesso), traz uma nova luz acerca da anatomia dos interiores e revela-nos um conjunto de importantes transformações operadas durante a administração de D. Rodrigo da Câmara (1594-1672). D. Rodrigo, que recebeu das mãos de Filipe III de Espanha a confirmação do cargo de 9º capitão donatário da ilha de S. Miguel e do seu sucessor o título hereditário de 3º conde de Vila Franca, viveu uma vida opulenta, recheada de vícios e escândalos pessoais, que acabaria por valer-lhe a condenação à prisão pelo Tribunal do Santo Ofício, tendo morrido nos calabouços do Limoeiro aos 78 anos de idade.

O palácio dos condes de Vila Franca, já existente ao tempo da união dinástica, foi profundamente alterado em 1632, data em que um auto de cordeamento da Câmara de Lisboa autoriza a que fosse tomado algum espaço público para alinhar a fachada, conforme a traça que se apresentava da autoria de Diogo Marques Lucas, «vista a fermosura e grandeza da obra della». Com efeito, as obras efetuadas implicaram uma nova composição de fachada e arranjos no programa distributivo dos interiores que importa analisar. Baseando-nos no cru-

zamento das fontes iconográficas, judiciais, administrativas e epistolares que se conservam em grande parte inéditas, o objetivo principal desta comunicação consiste no estudo dos aspetos tipológicos, espaciais e distributivos do palácio dos Câmaras, procurando discutir as opções arquitetónicas, os padrões de gosto e as vivências do espaço interior protagonizados por um dos mais destacados grupos familiares, membros da nobreza titular portuguesa, durante a primeira metade do século XVII.

ISABEL SOARES DE ALBERGARIA é Professora Auxiliar da Universidade dos Açores, licenciada em História-variante de História da Arte (FCSH-UNL, 1988), mestre em História da Arte (FCSH-UNL, 1996) e doutorada em Arquitectura (IST-UTL, 2012). É membro integrada do CHAM (Centro de História de Além Mar – FCSH/Universidade dos Açores), além de colaboradora do ICIST (IST-UTL) e do CITAR (Universidade Católica do Porto). É ainda membro não votante do ICOMOS (UNESCO) para o painel Paisagens Culturais. Desde 1988 tem dedicado especial atenção às questões do património paisagístico e arquitetónico, tendo nesse âmbito diversa obra publicada. Tem prestado colaboração e consultoria em diversos domínios, dos jardins, à paisagem, ordenamento do território e património edificado.





JOÃO VIEIRA CALDAS
jcaldas@civil.ist.utl.pt



MARIA JOÃO
PEREIRA COUTINHO
mjpereiracoutinho@gmail.com

4 de Junho de 2014, 16:30

Arquitetura, estruturas e programas distributivos

O nome e a função: terminologia e uso dos compartimentos na casa nobre urbana da primeira metade do século XVIII

Entre 1734 e 1735 o conde de Tarouca, D. João Gomes da Silva, tem uma significativa troca de correspondência com um dos seus filhos, D. Fernão Teles da Silva, Monteiro-mor do reino, a propósito da grande obra de reformulação e ampliação que este último está a empreender no seu palácio da Calçada do Combro, esquina com a Rua Formosa (actual Rua do Século), mais tarde conhecido como Palácio Marim/Olhão. Dessa correspondência conservam-se na Biblioteca Pública de Évora três cartas escritas por D. João Gomes da Silva, uma escrita pelo seu filho mais velho, D. Estêvão de Menezes, em substituição do pai, e ainda um documento (“Anotações”) com um conjunto de esclarecimentos à primeira carta desta série mas escritos *a posteriori*. As cartas revelam que o conde de Tarouca era um profundo conhecedor da arquitectura e dos arquitectos do seu tempo, tanto portugueses como estrangeiros, dominando o que chama o “método português” de edificar e, inclusivamente, o desenho arquitectónico que utiliza profusamente na comunicação com o filho. Mas, sobretudo, constituem uma teoria abreviada, com grande potencial ainda por explorar, do que é “habitar à lei da nobreza” no segundo quartel do século XVIII.

A comunicação que agora se propõe, partindo dos pressupostos teóricos que transparecem destas cartas e dos efeitos práticos que, através delas e dos desaparecidos (e coloridos)

desenhos que as acompanhavam, D. João Gomes da Silva queria ver plasmados no palácio do seu filho monteiro-mor, pretende dar mais um contributo para o conhecimento do que, de um ponto de vista coevo, eram então os compartimentos considerados adequados a “huma casa magnífica”, quais as suas principais funções, quais as designações utilizadas para os nomear e quais as suas posições relativas no contexto da habitação. Para atingir os objectivos propostos num âmbito mais alargado de casa nobre, recorrer-se-á ainda ao confronto deste conjunto de documentos com outras fontes (arquivísticas, memórias e relatos de viagem) e com a realidade encontrada numa selecção de casos de estudo edificados no termo de Lisboa.

JOÃO VIEIRA CALDAS é licenciado em Architectura (ESBAL, 1977), mestre em História de Arte (FCSH-UNL, 1988), doutorado em Architectura (IST-UTL, 2007). Dividiu a sua actividade profissional entre a prática da arquitectura, o ensino, a investigação e a crítica. Trabalhou em projectos de intervenção no património construído e participou em inventários e estudos sobre o Património Arquitectónico e Urbano. Actualmente é professor de História e de Teoria da Architectura no Mestrado Integrado em Architectura do IST, lecciona no Curso de Doutoramento em Architectura do mesmo Instituto onde também se dedica à investigação no quadro do ICIST. Tem predominantemente investigado, publicado artigos e livros, comissariado ou co-comissariado exposições e orientado teses de mestrado e de doutoramento nos domínios do património arquitectónico, da arquitectura portuguesa das épocas moderna e contemporânea e da história da arquitectura doméstica (urbana ou rural, erudita e vernácula).

MARIA JOÃO PEREIRA COUTINHO é licenciada em Artes Decorativas Portuguesas, mestre em História da Arte e doutora em História (especialidade em Arte, Património e Restauro). Entre 1998 e 2005 foi docente na ESAD e entre 2006 e 2009 foi bolsista de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/22602/2005). Entre 2010 e Fevereiro de 2012 foi bolsista do projeto “Lisboa em Azulejo antes do Terramoto” (PTDC/EAT-EAT/099160/2008) do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, de que é membro integrado. É desde Março de 2013 bolsista de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/85091/2012). Tem participado em encontros nacionais, de carácter científico, e tem colaborado com projetos culturais, no âmbito da História da Arte e Artes Decorativas.



HÉLDER CARITA

hc.atelier@clix.pt

4 de Junho de 2014, 17:00

Arquitetura, estruturas e programas distributivos

O Palácio Ramalhete, nas Janelas Verdes: uma tipologia de palacete pombalino

Com um desenho de fachada seguindo os parâmetros impostos para a reconstrução da Baixa pós terramoto, o Palácio Ramalhete revela na sua estrutura interior um inusitado programa de casa nobre, constituindo-se como uma rara variante tipológica de arquitectura pombalina.

A investigação realizada permite traçar com precisão a data da construção desta casa, cujo primeiro proprietário, o Desembargador João Tavares de Abreu, realiza a 2 de Maio do ano de 1767 um pedido de cordeamento ao Senado da Câmara de Lisboa.

O estudo desta casa, com outros exemplos levantados, permite detectar a formulação no período pombalino de uma tipologia que, afastando-se do modelo tradicional de palácio, se aproxima, nas suas características, de uma tipologia de palacete que vemos divulgar-se ao longo do século XIX.

HÉLDER CARITA. *Arquitecto. Doutoramento em História da Arte Moderna – Arquitectura e Urbanismo, com o tema «Arquitectura Indo-Portuguesa na Região de Cochim e Kerala, modelos e tipologias do séc. XVI e XVII».*

Professor na ESAD da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva e investigador do IHA da FCSH/UNL, divide os seus domínios de investigação entre arquitectura, urbanismo e artes decorativas, sendo uma das suas áreas privilegiadas a arquitectura doméstica.

Entre as suas principais obras publicadas destaca-se:

Bairro Alto - Tipologias e Modos Arquitectónicos. Ed. da C.M.L., Lisboa, 1990-Prémio Municipal de Oisipografia «Júlio de Castilho» 1990.

Jardins em Portugal - Tratado da Grandeza dos..., Ed.de Autor, Lisboa, 1987.

Os Palácios de Goa - Modelos e Tipologias de Arquitectura Civil Indo-portuguesa. Ed. Quetzal, Lisboa, 1995.

Le Palais de Santos - Ed. Michel Chandaigne, Lisboa, 1995.

Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1496-1521), Livros Horizonte, Lisboa, 1999.

Arquitectura Indo-Portuguesa na Região de Cochim e Kerala, Lisboa, Transbooks, 2008.





ANA LÚCIA VIEIRA DOS SANTOS

aluciavs@gmail.com

4 de Junho de 2014, 17:30

Arquitetura, estruturas e programas distributivos

Formas de morar no Rio de Janeiro do século XIX – espaço interior e representação social

Este estudo se insere na etapa do século XIX do projeto *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro* e apresenta as casas do Conde da Barca, da Marquesa de Santos e de D. Leonarda da Silva Velho, importante negociante carioca.

A casa do Rio de Janeiro sofreu importantes transformações ao longo do século XIX. A casa colonial, construída em lotes estreitos e fundos, progressivamente ocupou terrenos maiores, afastando-se das divisas. A distribuição dos cômodos ganhou maior complexidade, acompanhando os novos usos introduzidos após a chegada da Corte portuguesa e da abertura comercial aos demais países europeus.

Embora tenhamos notícia de decoração interior no século XVIII, poucos são os exemplares ainda existentes fora das igrejas.

A chegada e instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro apresentam ainda aspectos pouco estudados e compreendidos. Pouco se sabe das providências tomadas antes do evento pelo vice-rei Conde de Arcos, especialmente no sentido de selecionar e distribuir as casas que seriam ocupadas.

Dentre as inúmeras casas ocupadas pelos nobres portugueses, conseguimos obter documentação sobre as duas casas onde viveu o Conde da Barca. Embora os dois edifícios não existam mais, a iconografia (especialmente de Thomas Ender) e as descrições permitem-nos reconstituir parcialmente a distribuição e decoração dos imóveis, obtendo subsídios para a compreensão das transformações exigidas para a adaptação das casas coloniais aos usos da nobreza europeia.

A casa da chácara da Glória que pertenceu a D. Leonarda da Silva Velho esteve cedida à Corte portuguesa, sendo retomada pela família, que buscava fugir do congestionado centro urbano. Através da documentação de inventário é possível reconstituir o programa da casa, o jardim, e as modificações executadas com vista ao embelezamento e modernização do imóvel. O inventário traz

ainda extensa relação de móveis e alfaias, lançando luz tanto sobre o cotidiano da família quanto sobre sua representação social.

O quarto imóvel é o único ainda existente, embora tenha sofrido diversas reformas e mudanças de uso. A casa da chácara da Marquesa de Santos foi construída e decorada sob supervisão direta do imperador D. Pedro I, a poucos metros do palácio imperial da Quinta da Boavista. A construção em estilo neoclássico teve o concurso de profissionais portugueses e franceses, sendo o projeto atribuído ao arquiteto Joseph Pierre Pézerat. As pinturas decorativas são de Francisco Pedro do Amaral e os estuques dos irmãos Ferrez, artistas chegados ao Rio de Janeiro em 1816 com a chamada Missão Francesa.

Nos quatro casos estudados, havia uma edificação pré-existente, às vezes datada do século XVIII, modificada no primeiro quartel do século XIX para atender a novos hábitos e necessidades de representação após a chegada da Corte portuguesa. O uso de fontes escritas e iconográficas permite uma visão dessas mudanças nos hábitos e formas de morar do Rio de Janeiro.

ANA LÚCIA VIEIRA DOS SANTOS. Graduada em Arquitetura pela FAU-UFRJ, mestre em Arquitetura pelo Proarq – UFRJ, Doutora em História pelo PPGHis da Universidade Federal Fluminense. Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa desde 2010, participando da seção brasileira do projeto A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro séculos XVII, XVIII e XIX. Anatomia dos interiores.





MARIANA PINTO DA ROCHA JORGE FERREIRA

mjf@netcabo.pt



TIAGO MOLARINHO ANTUNES

tmolarinho@gmail.com

5 de Junho de 2014, 10:00

Arquitetura, estruturas e programas distributivos

O Palácio dos Condes da Ribeira Grande, na Junqueira: análise do conjunto edificado

O Palácio dos Condes da Ribeira Grande na rua da Junqueira em Lisboa é um exemplo da arquitectura nobre setecentista. Tendo sido residência da família até inícios do século XX, o edifício sofreu intervenções ao longo dos tempos. O núcleo inicial, referido por “casas nobres”, e vendido a D. José Zarco da Câmara, 4º Conde da Ribeira Grande, no primeiro quartel do século XVIII, tem ainda a mesma designação em 1766. As obras de ampliação terão sido realizadas em meados do século XIX, por D. Francisco de Sales Gonçalves Zarco da Câmara, 8º Conde e 1º Marquês da Ribeira Grande, assumindo assim o edifício a presença exterior que tem hoje. As intervenções que sofreu no século XX fragilizaram a compreensão do seu interior, que aqui iremos analisar.

A metodologia aplicada assenta no cruzamento entre a análise de fontes manuscritas e a leitura arquitectónica do conjunto edificado, sob o ponto de vista da morfologia espacial. A análise da documentação referente à freguesia da Ajuda, nos “Róis dos confessados” (Biblioteca da Ajuda) e nos “Livros da Décima da Cidade” (Arquivo Histórico do Tribunal de Contas), traz dados importantes sobre a ocupação da família e evolução do edifício. A par destas informações, juntamos ainda a análise ao inventário conservado no Arquivo da Torre do Tombo por falecimento da Condessa de Ribeira Grande, D. Joana Tomásia da Câmara, acerca dos bens existentes no seu palácio na Junqueira, em 1782. Este documento revela-nos nomencla-

tura da ocupação espacial do palácio e reveste-se de grande interesse no esclarecimento das funções associadas aos interiores. Em continuidade, o estudo espaço-funcional parte de uma leitura do edificado em termos de planta e alçado, geometria e proporção, e incorpora uma análise às circulações horizontais e verticais, numa abordagem geral do edificado, a par com a decoração aplicada nas diversas divisões do edifício. Procura-se, desta forma, apontar um possível programa de distribuição e interacção entre as zonas de aparato, as zonas privadas e as zonas de serviços, contribuindo para o estudo deste importante conjunto edificado e para a sua desejável conservação.

MARIANA PINTO DA ROCHA JORGE FERREIRA é Mestre em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico pela Universidade de Évora (2010) e Arquitecta pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (2000).

Tem desenvolvido investigação na área da Conservação e da Valorização do Património Edificado, particularmente sobre Conjuntos Monásticos Cistercienses, tendo artigos publicados sobre esta temática.

TIAGO MOLARINHO ANTUNES é Doutorando em Arquitectura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos, no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Actualmente desempenha funções de Bolseiro no projecto de Investigação A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX), Anatomia dos interiores. É Mestre em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico pela Universidade de Évora e Licenciado em Artes Decorativas no ramo de Design de Interiores pela Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (ESAD/FRESS).





JOSÉ PESSÔA
jsbpessoa@uol.com.br

5 de Junho de 2014, 10:30

Arquitetura, estruturas e programas distributivos

Padrões distributivos das casas senhoriais no Rio de Janeiro do primeiro quartel do século XIX

A proposta do presente trabalho é a de verificar a possibilidade de construção de um quadro tipológico da organização dos espaços internos das casas senhoriais no Rio de Janeiro, da segunda metade do século XVIII até o primeiro quartel do XIX. O período em questão abrange desde a transferência dos Vice-reis de Salvador de Bahia para o Rio de Janeiro, passando pela instalação da corte portuguesa, até o reinado do Imperador Dom Pedro I que consolida as transformações na sociabilidade e nas estruturas arquitetônicas da cidade iniciadas com a vinda do Príncipe Regente Dom João.

A região do Rio de Janeiro, em torno da Baía de Guanabara, viu surgir no século XVIII um tipo característico de construção de arrabaldes e rural, que foram as casas, sedes de engenho ou simplesmente casas de arrabalde, marcadas pela presença de varandas com colunas toscanas. Estas construções apresentavam um mesmo padrão na disposição em planta, e na repetição de determinadas estruturas arquitetônicas, tornando-as uma experiência construtiva singular no universo da arquitetura luso-brasileira. Elas são o principal testemunho remanescente da grande moradia setecentista em terras cariocas. Infelizmente, praticamente inexistem registros das grandes casas urbanas, das quais as remanescentes, casa do Marquês de Lavradio, casa do Bispo no morro da Conceição e Chácara do Roço encontram-se de tal maneira descaracterizadas que não permitem tirar um grande número de conclusões sobre o que seria o primitiva disposição interna destas casas. As casas do Bispo no Rio Comprido e de Charitas em Niterói, exemplos de casas de arrabalde com solução distinta dos grande engenhos com varanda toscana, permitem verificar a manutenção da característica disposição interna das casas senhoriais cariocas, registradas por viajantes do século XIX como Jean Baptiste Debret.

A vinda da corte portuguesa, a partir de 1808, acompanhando o Príncipe Regente Dom João, foi responsável pela presença de uma maior variedade de modelos de casas senhoriais, principalmente urbanas, fruto da presença de um número muito maior na cidade de engenheiros militares e arquitetos portugueses, bem como ingleses e franceses.

Tendo como base as plantas históricas existentes na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, bem como o levantamento das casas ainda existentes - casas do Barão de São Lourenço, Visconde do Rio Seco, Marquesa de Santos -, o trabalho avalia as invariáveis na organização dos espaços internos, que permitem identificar uma série de padrões de plantas das casas senhoriais cariocas no Rio de Janeiro do início do século XIX.

JOSÉ PESSÔA é professor associado da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil. Professor convidado das universidades: UNIROMA 3 (Italia, 2007); Universidade Nova de Lisboa (Portugal, 2007 e 2010); Universidade do Algarve (Portugal, 2007); Instituto Superior Técnico de Lisboa (Portugal, 2007, 2010, 2013); Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique, 2012); Universidade de Évora (Portugal, 2013); Université Aix Marseille (França, 2013).

Pesquisador do CNPq é autor de livros, ensaios e artigos publicados no Brasil e no exterior, entre os quais: Atlas de Centros Históricos do Brasil (Casa da Palavra, 2007), The Telephone on the Eighteenth-Century Table: How Brazilian Modern Architects conceived the Preservation of Historic City Centers (Future Anterior, 2010), Bloquinhos de Portugal: a arquitetura portuguesa no traço de Lucio Costa (Funarte, 2012).

Curador da exposição “Bloquinhos de Portugal: a arquitetura portuguesa no traço de Lucio Costa” (Rio de Janeiro 2012, Lisboa 2013).





JOSÉ MARQUES MORGADO NETO
jmorgadoneto@yahoo.com.br

5 de Junho de 2014, 11:00
Arquitetura, estruturas e programas distributivos

As Casas Senhoriais da Belém colonial entre os séculos XVIII e XIX: sob a perspectiva dos relatos de viajantes, da iconografia da época e da remanescência no centro histórico da cidade

Este artigo é resultado da pesquisa para dissertação de mestrado intitulada “Casas Nobres em Belém do Pará: segunda metade do século XVIII e início do XIX”, concluída em setembro de 2013 pelo Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. Nele são abordadas as Casas Nobres, ou Casas Senhoriais, erguidas em Belém durante o período colonial, entre os séculos XVIII e XIX, partindo do princípio de que este gênero de obra arquitetônica existiu no norte do Brasil, mais precisamente na Capitania do Grão-Pará, com base na configuração social daquela época, pautada no sistema patriarcal rural implantado nos Estados da América portuguesa, como extensão das relações entre Família, Estado e Igreja, peculiares das monarquias do antigo regime português.

Neste sentido, vislumbra-se a necessidade da nobreza do Grão-Pará, constituída na segunda metade do século XVIII por uma elite proprietária leiga de funcionários-proprietários-comerciantes, em residir em casas que refletissem o status de sua condição social que era pautada na riqueza, mas principalmente no prestígio junto ao poder político central na metrópole. Esta elite procurava demonstrar sua posição de prestígio através de seu patrimônio, e neste sentido suas residências assumiam simbolicamente papel de destaque.

Sendo assim, buscou-se sob diversas perspectivas - dos relatos de viajantes; da iconografia da época, através da interpretação e análise de mapas, prospectos e desenhos; e do reconhecimento de edificações remanescentes do período colonial no Centro Histórico da cidade -, reencontrar a Casa Nobre ou Senhorial. Pautou-se, acima de tudo, em fundamento

teórico-conceitual e na historiografia, que forneceram subsídios suficientes para ratificar, balizado nos princípios e características das Casas Nobres portuguesas, a presença deste gênero de edificação da arquitetura civil, residencial, em Belém do Pará, mas com o caráter de uma arquitetura luso-brasileira.

Destaca-se a figura do arquiteto italiano Antonio José Landi, como um dos principais projetistas e construtores desse gênero, partindo da atribuição dada por Donato Melo Junior a residências cujos desenhos acompanharam os relatos de Alexandre Rodrigues Ferreira da sua “Viagem Filosófica”.

As edificações remanescentes que foram reconhecidas e que são apresentadas neste artigo foram separadas em dois grupos: o primeiro é composto por prédios que já foram restaurados, preservam em grande parte os aspectos tipológicos, morfológicos e estilísticos; enquanto o segundo grupo é formado por edifícios que vêm sofrendo descaracterização por diversas razões, entre elas pelo usos a que tem se destinado que são inadequados e têm contribuído para o avanço da perda de autenticidade desses edifícios. O reconhecimento dessas edificações domésticas, porém aristocráticas, do período colonial, permite um novo olhar sobre os antigos bairros que configuram o centro histórico da cidade, com a expectativa de conscientização do valor histórico e artístico de sua arquitetura e do interesse de sua preservação.

JOSÉ MARQUES MORGADO NETO é arquiteto graduado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em 1991. Especialista em Interpretação, Conservação e Revitalização do Patrimônio Artístico de Antonio José Landi, curso realizado pelo Fórum Landi/FAU/UFPA em 2007. Mestre em Arquitetura na área de “Análise e Concepção do Espaço Construído na Amazônia”, com ênfase na linha “Patrimônio, restauro e tecnologia”, desde setembro/2013, pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. É servidor da Universidade Federal do Pará, atuando no Fórum Landi como arquiteto em projetos de restauro e pesquisas voltadas para a preservação do patrimônio histórico e artístico.



GUSTAVO REINALDO ALVES DO CARMO

gutoracarmo@ig.com.br

5 de Junho de 2014, 12:00

Arquitetura, estruturas e programas distributivos

O Palácio das Laranjeiras e a “Belle Époque” no Rio de Janeiro (1909-1914)

A presente comunicação tem como objetivo analisar o Palácio das Laranjeiras, localizado no Parque Guinle, no bairro das Laranjeiras, na cidade do Rio de Janeiro. Um dos mais notáveis exemplos dos luxuosos palacetes que existiram na cidade do Rio de Janeiro entre o final do Império e os primeiros anos da República, o Palácio das Laranjeiras, atualmente propriedade do Estado do Rio de Janeiro, foi construído entre os anos de 1909 e 1914 para servir de residência à família de Eduardo Guinle, um jovem engenheiro oriundo de uma das mais opulentas famílias cariocas da época. O palacete pode ser compreendido como uma tentativa de seu proprietário e idealizador de projetar-se, por meio da arquitetura luxuosa de sua residência, na alta sociedade da então capital do Brasil.

Como recorte temporal, optamos pelos anos de construção da casa, não apenas por ser ela o objeto de estudo, mas também por serem os anos finais da década em que se iniciou o processo de remodelação urbana da cidade do Rio de Janeiro, sob a administração do prefeito engenheiro Francisco Pereira Passos. Este processo inaugurou uma nova sociabilidade urbana, na qual a família de Eduardo Guinle alcançou grande destaque. Embora seja uma construção do século XX, o então palacete Eduardo Guinle foi concebido a partir da cultura arquitetônica do Eclétismo, segundo a qual os estilos históricos serviam como referências fundamentais para a prática arquitetônica.

Erguida sobre um platô, a 25 metros acima do nível da rua, a casa apresenta com clareza a divisão espacial tripartite, muito utilizada por arquitetos e engenheiros em projetos de residências abastadas, durante o século XIX e início do XX. Os corpos que a compõem, formando um “Y”, correspondem às três alas que, embora tenham acessos independentes, estão

ligadas por meio de um corredor envidraçado, à maneira de uma galeria, e também pelo salão de jantar. As três alas têm funções específicas. A primeira, a maior, abriga os salões destinados ao convívio social, sendo por isso a mais requintada de toda a casa. Da ala social partem as duas outras alas: à esquerda, a ala de serviço, com a copa, a cozinha, a despensa e as dependências de empregados; e à direita, a ala residencial, com as dependências íntimas dos donos da casa. Entre estas duas alas há um pequeno jardim. O Palacete Eduardo Guinle possui fachadas profusamente ornamentadas, especialmente as fachadas da ala social. Há uma franca inspiração na arquitetura palaciana francesa dos séculos XVII e XVIII, nos chamados “Estilos Luíses”, uma alusão aos desdobramentos do Rococó nas cortes de Luís XIV, Luís XV e Luís XVI. A citação das formas que evocassem os ambientes aristocráticos da França do Antigo Regime foi comum na arquitetura residencial durante a “Belle Époque”.

GUSTAVO REINALDO ALVES DO CARMO é professor de história da rede pública de ensino do Rio de Janeiro, formado desde 2005 pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tornei-me mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sob a orientação da Professora Doutora Sonia Gomes Pereira, desenvolvi a dissertação “O Palácio das Laranjeiras e a Belle Époque no Rio de Janeiro”. Em 2011, participei do simpósio “História e Arte: Práticas Historiográficas”, ocorrido no âmbito do congresso da Associação Nacional de História. Em agosto de 2013, pude entrar em contato com o grupo de pesquisa “A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro nos séculos XVII, XVIII e XIX. Anatomia dos Interiores”. Participei do seminário na condição de ouvinte e pude conhecer melhor o trabalho de pesquisa dos professores Hélder Carita e Isabel Mendonça, além das pesquisas já encaminhadas pelos pesquisadores brasileiros.





**PATRÍCIA THOMÉ
JUNQUEIRA SCHETTINO**
pathoju@gmail.com



CELINA BORGES LEMOS
celinaborg@gmail.com

5 de Junho de 2014, 12:30

Arquitetura, estruturas e programas distributivos

Palacete Carioca. Estudo sobre a relação entre as transformações da arquitetura residencial da elite e a evolução do papel social feminino no final do século XIX e início do século XX no Rio de Janeiro

O presente artigo propõe um estudo sobre a forma de morar e de pensar os espaços residenciais no final do século XIX e início do XX na cidade do Rio de Janeiro, a partir da relação entre a edificação e o desenvolvimento do papel social feminino. A casa nesse contexto é vista não apenas como uma estrutura física, mas como uma instituição criada para um complexo grupo de finalidades, sendo sua construção um fenômeno cultural. A definição do espaço privado como lugar natural das mulheres é produto da visão de mundo de uma elite masculina do século XIX, baseada nos conceitos da medicina higienista, de dogmas religiosos e de questões políticas. Assim, nada mais natural do que pensar que o espaço habitacional poderia ser planejado em favor da prática das prendas domésticas e do conforto da mulher que ali passava a maior parte da sua vida.

O Brasil, no final do século XIX, passou por grandes e profundas transformações em vários setores: econômico, político e social. Esses fatores influenciaram diretamente no modo de morar, pois foi nesse momento que se consolidou a alteração do programa de necessidades

da casa brasileira, diversificando os espaços e não mais se restringindo à distribuição tradicional: sala na frente, repouso no meio e serviço nos fundos. A transformação dos hábitos sociais implicou na ampliação desse programa, adicionando a ele variadas salas para diversos fins, espaços destinados à vida social intensa que a elite almejava. A especialização dos papéis sociais feminino e masculino exigiu novas disposições espaciais, modificando a configuração do espaço doméstico que mudou em tamanho, estrutura e função. Surgiram espaços de distribuição e circulação, intensificando a hierarquia de classe e gênero, proporcionando privacidade ao unir e isolar os compartimentos através de vestibulos, halls, saguões, antecâmaras, corredores e escadas.

Com o intuito de analisar os espaços residenciais da elite carioca do final do século XIX e início do XX, foram inventariados mais de cem projetos arquitetônicos encontrados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Desses, aproximadamente trinta se inserem na definição de palacete utilizada na pesquisa, ou seja, uma casa construída em meio a jardins, afastada dos limites do terreno, geralmente com dois pavimentos, porão alto, na maioria dos casos habitável, distribuição à francesa através de vestíbulo, presença de cômodos tipicamente burgueses e uma fachada elegante e bem trabalhada. As casas selecionadas se localizam predominantemente no bairro de Botafogo, conhecido como um bairro aristocrático da cidade do Rio de Janeiro.

A análise das plantas arquitetônicas e o estudo da alta sociedade, seus hábitos e etiqueta, enfocando no papel social feminino, permite identificar os usos dos espaços domésticos por seus moradores e, assim, definir os papéis formais e informais desempenhados pelos membros da família.

O objetivo desse artigo é traçar um paralelo entre as transformações ocorridas na sociedade carioca e as modificações na forma de morar, na distribuição dos espaços e na aparência das grandes casas burguesas do *fin de siècle* no Rio de Janeiro.

PATRÍCIA THOMÉ JUNQUEIRA SCHETTINO. *Arquiteta e Urbanista, Mestre em Urbanismo pelo PROURB/UFRJ, Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo NPGAU/UFMG.*

CELINA BORGES LEMOS. *Arquiteta e Urbanista, Mestre em Sociologia pela UFMG, Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com Pós-doutorado pela FAU/USP. Professora Associada do Departamento de Análise Crítica e Histórica da Arquitetura e do Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.*



FELIPE AZEVEDO BOSI

bosiarquitetura@gmail.com

5 de Junho de 2014, 14:30

Arquitetura, estruturas e programas distributivos

Palácio Isabel: o Palácio do Conde e Condessa d’Eu no Segundo Reinado brasileiro

O Palácio Isabel passou por diversas mudanças até se tornar o atual Palácio Guanabara, sede do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Essas mudanças descaracterizaram o monumento primordial, alterando o seu uso de residencial para somente administrativo, perdendo o seu caráter de ser uma preservação de um modo de habitar do séc. XIX carioca.

Segundo Norberg-Shulz, “Um homem habita ‘entre a obra e a palavra’. A palavra abre o mundo, a obra dá presença ao mundo”¹. O Palácio Isabel pôs em obra um modo de habitar, uma leitura de D. Isabel e do Conde d’Eu, do modo aristocrático do séc. XIX da Corte brasileira habitar. Dessa forma, o Palácio Isabel desvela esse modo de se habitar como obra histórica já modificada, essa edificação não mais preserva esse desvelamento da casa como habitat do ser, porém, diversas imagens e relatos preservam detalhes e partes do mesmo.

Nas palavras de D. Isabel, “O Paço Isabel, nossa residência no Rio depois do casamento, situado nas aforas da cidade, bem longe de São Cristóvão, é uma bela casa erguida no meio de um jardim enorme, no sopé de uma colina bastante alta”². O Palácio era singelo, com dois pavimentos. Ficava na recém-inaugurada Rua Paissandu, que ia dele até a baía do Botafogo. O Paço tinha vistas para a baía do Rio, para o Pão de Açúcar e para as diversas ilhas e montanhas da cidade.

Além da edificação, o Paço também recebeu, quando morada do casal, diversas plantas e árvores exóticas. “Nos jardins do Paço Isabel, passou [a Princesa] a cultivar uma enorme coleção de orquídeas”³. Em frente ao Paço, na Rua Paissandu, foram plantadas diversas palmeiras-reais.

Dessa forma, os relatos e imagens preservam o que foi o Palácio no período em que

pertenceu ao casal de príncipes, possibilitando o seu estudo e preservando o que a edificação não foi possível preservar, graças as suas diversas modificações, necessárias ao seu uso atual. A proposta aqui será realizar uma descrição através de textos e imagens do que foi o Palácio Isabel do casal Conde e Condessa d'Eu, realizando um estudo sobre o modo de habitar que essa edificação e que seus relatos-imagens preservaram.

¹ Norberg-Schulz, Christian. “O pensamento de Heidegger sobre arquitetura”. In Nesbitt, Kate. *Uma Nova Agenda para a Arquitetura*. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 468.

² Apud Barnan, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: Gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 120.

³ *Ibidem*, p.124.

FELIPE AZEVEDO BOSI, estudante de mestrado pelo PPGAU/UFES na linha de pesquisa “Processos urbanos e gestão da cidade: teoria e história”, realizando pesquisas sobre a casa na Corte brasileira no século XIX. Publicou e apresentou no ano de 2013 o artigo “Influência francesa na conformação do habitar: técnica, cultura e vida privada no Rio de Janeiro da 2ª metade do século XIX”, no I Congresso Internacional de História da construção luso-brasileira. Graduou-se em *Arquitetura e Urbanismo* pela UFES no 1º semestre de 2013 com a Monografia: “O habitar no Público e Privado Ateniense”. Participou, durante a graduação, em pesquisas relacionadas a softwares para arquitetura, urbanismo e teoria e história da arquitetura.





PAULO MANTA PEREIRA

paabmp1964@gmail.com

5 de Junho de 2014, 15:00

Arquitetura, estruturas e programas distributivos

A Arquitetura doméstica de Raul Lino (1900-1918). Expressão meridional do *Arts and Crafts*, ou síntese local de um movimento artístico universal do último terço de Oitocentos

Reflexo do enriquecimento assente na produção e exploração do café e do ouro, a Casa Senhorial adquire particular protagonismo na arquitetura doméstica em Portugal e no Brasil, a partir do século XVII, com maior expressão nas metrópoles atlânticas de Lisboa e do Rio de Janeiro.

Em relação ao gótico manuelino, coevo do renascimento, cuja influência se estende em Portugal até à restauração, a casa joanina de inspiração barroca traduz, em setecentos, o ensejo de autonomizar a arquitetura da sua circunstância.

O aumento do orçamento revela-se na tectónica de maior amplitude material, nos alçados de maior exuberância compositiva ou no traçado formal do espaço entre a casa e a cerca, sem que lhe corresponda semelhante dinâmica na organização do espaço interior da habitação. Assim decorreu com maior ou menor variação a evolução da arquitetura doméstica em Portugal, segundo Raul Lino (*L' évolution de l'Architecture domestique au Portugal*, 1937).

No século XIX, a industrialização e o liberalismo massificaram a produção de bens e serviços e recentraram o capital na burguesia emergente. A Casa Senhorial aburguesava-se. Uniformizava-se e internacionalizava-se o gosto no figurino eclético francês, ao arrepio da tradição, da memória milenarmente decantada do erro, a que se referiu Ortega y Gasset (*La rebelión de las masas*, 1930).

Formado na última década de oitocentos entre Windsor e Hanôver, contaminado pelo pathos do romantismo alemão e pelo *arts and crafts* inglês, Raul Lino contrapõe ao *zeitgeist* progressista “o significado [da arquitetura] como padrão de cultura” (*Auriverde Jornada: recordações de uma viagem ao Brasil*, 1937, p. 166), retomando dinamicamente a tradição, na

construção de uma síntese de continuidade com o meio.

Concebe então uma proposta centrada no homem e na sua circunstância, organizando o espaço da arquitetura doméstica a partir do interior para o exterior, relevando a “eliminação do Corredor [substituindo-o pelo] (...) recinto de comunicação ou ligação entre as partes da casa [com] o nome latino de átrio” (Lino, “Para o Senhor Arqto Pedro Vieira de Almeida” [carta], 1970).

A Casa Monsalvat, que Raul Lino projetou para Alexandre Rey Colaço no Monte Estoril, em 1901, é evidência primeira dessa espacialidade fluida do *cottage* britânico, em particular de M. H. Baillie Scott (1865-1945), talvez o mais revolucionário dos pioneiros, segundo Nikolaus Pevsner (*Pioneiros do Desenho Moderno*, 1964, p. 141).

A “campanha de aportuguesamento da nossa casa” que intentou, como a *Artistic House* do britânico, contra a rotura das vanguardas, enfim, contra a história, demandou-a todavia, pela história, a partir do entendimento das estruturas do renascimento em Portugal e a Sul, que calcorreou em inquérito impressivo no final do século XIX.

Aqueles que são, nas palavras de Raul Lino, “os motivos que mais influências manifestam nos [seus] trabalhos de arquitetura doméstica” (Lino [carta], 1970), serão objeto de análise nesta comunicação através da Casa Monsalvat (Monte Estoril, 1901), da Casa O’Neill (Cascais, 1902-1918) e da Casa do Cipreste (Sintra, 1912-1914).

PAULO MANTA PEREIRA. Licenciado pela FAUTL (1991), exerce arquitetura em profissão liberal e funções públicas, ao serviço da Câmara Municipal de Lisboa (desde 2000), duplo olhar que lhe tem permitido intuir o território, a arquitetura e a paisagem entre a leitura do avaliador e a síntese do autor. Coetaneamente, visando aprofundar a reflexão que lhe emergiu da prática, aperfeiçoou o seu percurso académico. Pós-graduado com a parte escolar do terceiro curso de mestrado em Desenho Urbano do ISCTE (1999) e Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pelo ISCTE-IUL com a tese Raul Lino – Arquitetura e paisagem (1900-1948) em prova pública recentemente realizada (Set. 2013). Convicto na novidade e oportunidade contemporânea da sua leitura sobre aquele importante ator da modernidade em Portugal na primeira metade do século XX, pretende reverberar e ampliar problemas e interpretações contidos na tese em comunicações a apresentar à comunidade académica e científica.



ANA PAULA
REBELO CORREIA
paula.rebelocorreia@hotmail.com

5 de Junho de 2014, 15:30

Ornamentação fixa

Memórias de casas senhoriais – patrimónios esquecidos

Existem na cidade de Lisboa, anónimos na malha urbana, vários palácios que hoje revelam apenas a sua faceta de prédio urbano, com ocupações diversas e lojas no rés-do-chão. Todos os dias passamos por eles, mas a vivência palaciana perdeu-se no tempo e a memória dos espaços foi ficando esquecida. No entanto, no interior, existem ainda vestígios do maior interesse para o estudo da casa senhorial em Lisboa. Pinturas murais, azulejos, estuques, permaneceram praticamente intactos apesar das transformações e utilizações diversas dos espaços e das vicissitudes do tempo. No centro de Lisboa, um edifício de raiz quinhentista conserva ainda dois tectos decorados em finais do século XVII, com uma pintura de excepcional qualidade, testemunho raro da pintura mural barroca na arquitectura civil residencial. No âmbito do Encontro sobre a Casa Senhorial Lisboa – Rio de Janeiro, serão abordados exemplos de patrimónios esquecidos ou desconhecidos, cuja existência é do maior interesse para o conhecimento das tipologias decorativas da casa senhorial setecentista.

ANA PAULA REBELO CORREIA é doutorada em História da Arte pela Université Catholique de Louvain (Bélgica), onde fez igualmente a Agregação em Metodologia das Artes Plásticas. Docente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e na Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, tem-se dedicado ao estudo da iconografia nas artes decorativas e no património integrado, com destaque para o azulejo. É investigadora e consultora em diversos projetos FCT. Tem organizado inúmeros cursos livres de Iconografia e de História da Pintura. Em 2013 ganhou o prémio SOS Azulejo “História da Arte”.





JOSÉ MECO

jose.meco@sapo.pt

5 de Junho de 2014, 16:30

A ornamentação fixa

Capelas palacianas do século XVIII na Região de Lisboa

Nos numerosos solares citadinos e rurais existentes em Portugal, as capelas ocupam sempre um lugar privilegiado, tanto na sua implantação, com acesso pelo exterior, como pela sua elaboração arquitectónica ou riqueza decorativa. Alguns exemplares desapareceram criminosamente (Palácio da Mitra, Lisboa) ou perderam o seu recheio (Quinta dos Patriarcas, Santo Antão do Tojal), e em outros casos apenas as capelas sobreviveram (Palácio Real de Benavente), mas muitas destas capelas conservam o seu espaço físico e notáveis exemplos de arte integrada, como altares e adereços de mármore embutidos, magníficos azulejos, exuberante talha dourada, estuques, pintura figurativa e ornamental, imaginária, mobiliário sacro.

A comunicação abrange destacados exemplares da região de Lisboa, do século XVIII, tanto do período barroco, em Lisboa (Quinta da Alfarrobeira), Barcarena (Quinta de Nossa Senhora da Conceição), Vialonga (Quinta da Flamenga), Sesimbra (Palácio do Calhariz), Porto Salvo (Quinta do Torneiro), Santo Antão do Tojal (Quinta das Carrafochas), Póvoa de Santa Iria (Quinta da Piedade), Moscavide (Quinta do Cabeço), como do período rococó, em Lisboa (palácios Fronteira e do Mitelo), Queluz (Palácio), Oeiras (Palácio Pombal), Sintra (Granja do Marquês), entre muitos outros.

JOSÉ MECO é Historiador de artes decorativas, nomeadamente azulejaria, talha e mármore embutidos, arte luso-brasileira e artes luso-orientais, com diversas publicações, conferências e cursos sobre estes temas. Docente na Escola Superior de Artes Decorativas da FRESS e no Instituto de Artes e Ofícios da Universidade Autónoma.





SOFIA BRAGA

sofiamarceau@gmail.com

5 de Junho de 2014, 17:00

A ornamentação fixa

Sobre a sala Pompeia do antigo Palácio da Ega

Propomo-nos efectuar uma abordagem ao universo da pintura mural neoclássica, com o exemplo da sala Pompeia, no antigo palácio da Ega.

Na última metade do século XVIII, e sob o auspício de Ayres José Maria de Saldanha e Albuquerque Coutinho Matos e Noronha (1755-1827), tem início um capítulo de esplendor da casa da Ega. É nesta data que irá ter lugar uma ampla campanha de obras do arquiteto José Manuel de Carvalho Negreiros, filho do grande obreiro da baixa pombalina, Eugénio dos Santos, que a antiga Sala da Música, de João de Saldanha e Albuquerque, irá ser modificada, para “nascer” a sala Pompeia, uma denominação atribuída no século XX. A sua feita ou concepção arquitetónica é bastante representativa do universo da tratadística clássica, com influências do arquitecto inglês William Thomas, um estilo neoclássico composto por elementos de Palladio e igualmente de Robert Adam.

É um dos mais extraordinários testemunhos do universo plástico do período neoclássico, onde a mitologia e os grotescos renascentistas de raiz clássica-arqueológica assumem especial relevância. A temática mitológica, presente nos medalhões, reporta ao conhecimento da obra de Ottavio Antonio Bayardi, *Le Pitture Antiche D`Ercolano e contorni incise com qualche spiegazione*, publicada em nove volumes, entre os anos de 1754 e 1779, por iniciativa de Carlos III de Espanha. As figuras em *grisaille* baseiam-se em motivos da 3ª parte da obra gráfica de Giovanni Volpato e Giovanni Ottavini das *Loggie di Raffaello nel Vaticano*, datada de 1772-77, e muitos dos grotescos que preenchem as pilastras são derivações desta obra, que na época que estudamos assumem especial preponderância.

Nesta esplendorosa sala, em que assistimos a um encontro surpreendente entre a arquitetura, a pintura mural e a arte do estuque, de base clássica, os modelos tardo-barrocos e rococós são postergados, para dar lugar a um dos programas estéticos mais interessantes do património imóvel olisiponense.

SOFIA BRAGA é doutoranda em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2013), mestre em Arte, Património e Teoria do Restauro (FLUL, 2012) e licenciada em História - variante de História da Arte (FLUL, 1998)

Tem dedicado a sua investigação ao estudo da pintura decorativa em suporte mural, com incidência na ornamentação da arquitetura residencial nobre, entre finais do século XVIII e inícios do século XIX, onde a abertura cultural em Lisboa se cruza com o círculo das elites “esclarecidas”.

É autora de um artigo sobre pintura mural neoclássica (2002) e ainda do livro Pintura mural neoclássica em Lisboa. CyrilloVolkmar Machado no palácio do duque de Lafões e Pombeiro-Belas (2012).





ANA CRISTINA COSTA GOMES

cristinacostagomes@hotmail.com



ISABEL MURTA PINA

isabelpina@cccm.pt

5 de Junho de 2014, 17:30

A ornamentação fixa

Papéis de Parede Chineses em Casas Senhoriais Portuguesas no Séc. XVIII

O fascínio exercido pela cultura material chinesa na Europa é particularmente evidente através do volume de encomendas de porcelanas, sedas ou mobiliário, bem patentes no caso português. Reflexos deste fascínio são, igualmente, outros produtos por norma menos visíveis. É paradigmático desta situação o papel de parede, que revestiu alguns espaços interiores de casas senhoriais portuguesas, assim como os de outros países europeus, com especial destaque para o exemplo britânico. Elemento decorativo de grande impacto visual, objecto de um amplo projecto de investigação na Grã-Bretanha, tem passado despercebido em Portugal e continua a reclamar um estudo aprofundado, que se encontra actualmente em curso.

Traçado o inventário da sua presença em Portugal, que nos conduziu, até ao momento, a um número muito restrito de exemplares, todos do século XVIII, tem-se vindo a desenvolver investigação, em diferentes arquivos e bibliotecas, tentando compreender a verdadeira dimensão desta arte decorativa, a atracção que exerceu, as temáticas representadas e os circuitos comerciais através dos quais chegou a Portugal. Passando a articulação marítima entre Macau e Lisboa pelos portos da Baía e do Rio de Janeiro, onde ficavam alguns dos produtos da China, um dos nossos objectivos é estender este estudo às casas senhoriais brasileiras.

ANA CRISTINA COSTA GOMES. *Doutorada em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2008), dirige actualmente a Divisão de Documentação, Investigação e Cooperação Científica do Centro Científico e Cultural de Macau, I.P. É Investigadora do Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CEC/FL-UL). É ainda Professora na Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (ESAD/FRESS), membro do Centro de Estudos de Artes Decorativas e Investigadora do projecto “A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX). Anatomia dos Interiores”. Tem desenvolvido um vasto trabalho na área de Paleografia e Edição de textos. É autora de vários estudos sobre o Humanismo em Portugal e as Relações Interculturais Europa-China (Sécs. XVI-XVIII). Entre as suas obras destacam-se: Diogo de Sá. Os Horizontes de um Humanista (Prefácio, 2008), Diogo de Sá no Renascimento Português (CEC, 2012) e Tomás Pereira. Obras (em co-autoria - CCCM, 2011).*

ISABEL MURTA PINA. *Doutorada em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa pela Universidade Nova de Lisboa (2009), é Investigadora no Centro Científico e Cultural de Macau, I.P. (CCCM, I.P.) e Investigadora Associada no Centro de História de Além-Mar (FCSH-UNL). Leccionou no Instituto de Estudos Orientais da Universidade Católica Portuguesa e, actualmente, exerce docência na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Consórcio de Estudos Asiáticos). É autora de vários artigos na área das Relações Interculturais Europa-China (Sécs. XVI-XVIII) e, ainda, dos livros Os Jesuítas em Nanquim, 1599-1633 (CCCM, 2008), Jesuítas Chineses e Mestiços da Missão da China (1589-1689) (CCCM, 2011) e Tomás Pereira. Obras (em co-autoria - CCCM, 2011).*





ANA PESSOA
anapessoa55@gmail.com

6 de Junho de 2014, 10:00
Ornamentação fixa

A arte decorativa nas casas de elite do Rio de Janeiro do século XIX

A apresentação dos primeiros resultados de pesquisa sobre a aplicação das artes decorativas nos edifícios do século XIX, tendo por motivação o projeto *A casa senhorial*¹, envolvendo um conjunto de oito residências que representam os modelos estéticos que guiaram a construção e a reforma das casas de elite no período no Rio de Janeiro.

Diferentemente do caso português, onde inúmeras residências integralmente preservadas inspiraram vários estudos, no Rio de Janeiro são poucos os imóveis preservados que guardam testemunho de seus ambientes interiores bem como igualmente escassos os estudos sobre a matéria. Desse modo, é questão urgente o estudo e a valorização desses elementos, para possibilitar melhor preservação desses revestimentos e suas técnicas.

No âmbito do gosto neoclássico, comento a decoração da Casa da Marquesa de Santos (Museu da Moda, SEC/RJ); do Paço da Boa Vista (Museu Nacional/UFRJ), e do Paço de Petrópolis (Museu Imperial, Ibram/Minc), três construções cujas reformas e construção foram promovidas pela família real, sob a influência do neoclassicismo. Como principal referência de grande investimento na decoração arquitetônica, tanto externa como interna, tem-se o palácio do barão Nova Friburgo (Museu da República, Ibram/Minc) e, como sucedâneo, o chalet do parque São Clemente, que testemunham a inspiração revivalista, de feição romântica; em seguida, são analisados os sobrados que absorveram as técnicas da arquitetura do ferro e o gosto eclético, como o reformado sobrado da Casa de Rui Barbosa (FCRB), e o Solar do Jambeiro (Prefeitura de Niterói). Como desfecho, um exemplar dos palacetes franceses que ocuparam a cena da virada do século, o Palacete Guinle-Paula Machado (Firjan).

Ainda que essa classificação reproduza esquematicamente os estilos predominantes do século XIX – o neoclássico, o revivalismo e o ecletismo –, tem-se em consideração que a prática arquitetônica era, como observa Sonia Gomes Pereira, um conjunto complexo, formado por vários

elementos, onde persistem formas e técnicas coloniais ao lado da introdução de novos programas e funções; e que o período assiste à importação de materiais e de novos processos de formação profissional de arquitetos, engenheiros e artífices.

Além dos edifícios e da trajetória dos principais profissionais nativos e estrangeiros envolvidos em sua decoração, a comunicação analisa anúncios de oferecimento de serviços decorativos nos almanaques e jornais cariocas do século XIX, buscando identificar a oferta profissional, determinar os processos de formação e evolução da atividade, e a circulação de modelos entre a Europa e o Brasil.

¹ Sobre os preceitos do projeto *A Casa Senhorial Em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos. XVII, XVIII e XIX)*, *Anatomia dos Interiores*, e o estabelecimento do conjunto de edifícios brasileiros a serem analisados, ver PESSOA, Ana. “Panorama sobre os estudos sobre a casa senhorial no Rio de Janeiro”. www.casaruibarbosa.gov.br/acasasenhorial/artigos. Apurado 09/09/2013.

ANA PESSOA [Ana Maria Pessoa dos Santos]. *Arquiteta pela FAU-UFRJ, Doutora pela Escola de Comunicação-UFRJ. Foi gestora cultural em diferentes instituições federais de cultura, tendo promovido pesquisas, edições e seminários sobre cinema e artes cênicas. Pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa a partir de 1996, dirige seu Centro de Memória e Informação desde 2003; lidera o grupo de pesquisa voltado ao estudo integrado da casa histórica e o jardim da FCRB, e coordena a seção brasileira do projeto A Casa Senhorial Em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos. XVII, XVIII e XIX), Anatomia dos Interiores. Tem trabalhos, artigos e livros publicados, como Carmen Santos e o cinema dos anos 20 (2002), Cartas do sobrado (2009), Pallière e o Brasil (2011), com Pedro Correia do Lago e Júlio Bandeira, II Encontro Luso Brasileiro de Museus Casas: Jardins privados do século XIX. Org. (2011), e Museu Casa de Rui Barbosa, organizado com Rosalina Gouveia (2013).*





ISABEL MAYER GODINHO MENDONÇA

isabelmendonca@hotmail.com

6 de Junho de 2014, 10:30

Ornamentação fixa

Estuques de Paris e “parquets” de Bruxelas num palácio oitocentista de Lisboa

Deve-se ao abastado capitalista José Maria Eugénio de Almeida, par do reino e provedor da Casa Pia, a construção, durante o período da Regeneração, de um dos mais luxuosos palácios de Lisboa, conhecido como palácio Vilalva, título nobiliárquico concedido ao seu neto em finais do século XX.

O projecto do palácio, da autoria do arquitecto francês Jean-François Colson, foi executado entre 1860 e 1867 seguindo uma tipologia característica dos palacetes franceses setecentistas. Colson regressou definitivamente a França em Maio de 1860, mas continuou a supervisionar a obra a partir de Paris, pelo menos numa fase inicial.

A maior parte dos projectos de decoração, uma boa parte do equipamento e alguns dos materiais utilizados vieram de França ou da Bélgica. Os estuques decorativos do piso nobre e da escadaria, por exemplo, foram projectados pela oficina de escultura parisiense Hardouin & Fils, com uma vasta carteira de encomendas sobretudo na capital francesa, enquanto os “parquets” foram desenhados e realizados em Bruxelas por Joseph Godefroy, marceneiro da casa real belga e do imperador da França.

Godefroy acabaria por tornar-se uma espécie de conselheiro artístico de Eugénio de Almeida, enviando de Bruxelas, além do projecto de interiores para as divisões do piso térreo (escritório, gabinete, biblioteca, sala de leitura e sala de banho), todo o mobiliário integrado e os desenhos para as portas e janelas do palácio, intermediando ainda o fornecimento de vários equipamentos e objectos de decoração: ferros decorativos, fechaduras e puxadores para portas e janelas, lareiras, fogões, tapetes, etc..

Eugénio de Almeida encomendou a quase totalidade do mobiliário do seu palácio ao conhecido marceneiro parisiense Henry-Auguste Fourdinois, fornecedor da corte imperial e de muitas famílias da aristocracia francesa e inglesa. De Londres e Bruxelas vieram os serviços

de louça, o equipamento das casas de banho, as roupas de cama, as toalhas, etc..

O palácio de Eugénio de Almeida reflectiu assim as últimas tendências da arquitectura de interiores das principais capitais do norte da Europa. A este facto não terá sido alheia a encomenda a Godefroy dos “parquets” para várias salas do real palácio da Ajuda, tornando-se a aplicação deste tipo de pavimentos uma verdadeira moda nos palacetes lisboetas até ao final do século XIX.

Igualmente importante foi a influência dos estuques do palácio de Eugénio de Almeida, projectados pela firma parisiense Hardouin & Fils, mas executados pela oficina lisboeta do estucador de Afife, Manuel Afonso Rodrigues Pita. Com ele colaborava já então Domingos Meira, o mais requisitado dos estucadores da segunda metade do século XIX, que dirigiu a oficina após a morte do seu mestre.

ISABEL MAYER GODINHO MENDONÇA é doutorada em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Directora do Centro de Estudos de Artes Decorativas da ESAD-FRESS, é investigadora integrada do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e membro associado do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Coordena, com Hélder Carita, o projecto “A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (sécs. XVII, XVIII e XIX). Anatomia dos interiores”, financiado pela FCT (PTDC/EAT-HAT/112229/2009). Entre os seus temas de investigação contam-se as Artes Decorativas Portuguesas e as Relações Artísticas entre Portugal e a Itália durante o séc. XVIII. Tem várias obras e estudos publicados sobre estas temáticas.





ISABEL SANSON PORTELLA

isabel.portella@gmail.com

6 Junho de 2014, 11:00

Ornamentação fixa

Análise tipológica dos padrões dos pisos *parquet* dos salões do Palácio Nova Friburgo / Palácio do Catete

O presente trabalho se refere aos estudos iniciais do Projeto “Palácio Nova Friburgo: um sonho materializado em pedra e cal – Levantamento da decoração aplicada dos salões do Museu da República”, que no ano de 2013 foi contemplado com um auxílio da FAPERJ. A partir do convite feito pela Dra. Ana Pessoa da Casa de Rui Barbosa à integrar ao Projeto “A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos. XVII, XVIII e XIX), Anatomia dos Interiores”, no ano de 2012 o Museu da República vem desenvolvendo uma pesquisa sistemática de seus padrões decorativos.

Em parceria estabelecida com a Casa de Rui Barbosa foi elaborada uma ficha catalográfica. Nesta análise preliminar foi realizado o preenchimento desta com: medições, localização, breve descrição dos pisos em *parquet*, imagens e uma análise de suas características. Esta pesquisa concentra-se nos diversos pisos e padrões diferenciados para cada salão do Palácio; na variação da cor natural da madeira e nos diferentes motivos florais e/ou geométricos que foram utilizados. Em sua origem, “parquet” define um tipo de assoalho formado por partes de tamanho e forma diversos, compondo uma espécie de mosaico, formando desenhos simples ou mais elaborados.

A importância em se catalogar e estudar esses padrões não se dá apenas pela simples valorização estética dos belos motivos decorativos geométricos e florais, mas pelo significado de sua incorporação na arquitetura desta casa e pelo uso distintivo de sua aplicação em determinadas moradias. Em outra escala, podemos também citar a importância de resgatar a técnica utilizada na confecção das padronagens e da colocação da madeira que podemos resgatar pela documentação que se trata ser madeira brasileira e resgatar a autoria dos pisos.

A partir do levantamento das características, medidas e elementos da confecção, um

estudo detalhado e juntamente com a análise da documentação primária do Barão de Nova Friburgo, procuramos chegar a autoria ou chegar o mais próximo possível.

ISABEL SANSON PORTELLA, Doutora em História e Crítica da Arte UFRJ/EBA, pesquisadora de acervo do Museu da República Ibram/MinC, curadora da exposição “Você conhece, você se lembra? Tá quente, tá frio” (Museu da República 20 de maio de 2011 a 20 fevereiro de 2012). Atualmente coordena a pesquisa “Palácio Nova Friburgo: um sonho materializado em pedra e cal – Levantamento da decoração aplicada dos salões do Museu da República”, com o auxílio APQ1 da FAPERJ.





ALEXANDRE MASCARENHAS

afmascarenhas@yahoo.com



CRISTINA ROZISKY

crisroz@hotmail.com



FÁBIO GALLI

fabiogallirestauro@uol.com.br

6 de Junho de 2014, 12:00

Ornamentação fixa

A “Casa Senhorial” em Pelotas no século XIX: família Antunes Maciel

Em 1808, a Corte Real havia se transferido para o Rio de Janeiro e realizado inúmeras transformações urbanas, arquitetônicas, sociais e culturais. As relações administrativas, políticas e econômicas entre o velho e o novo mundo se mantiveram ativas por muitas décadas. Neste período, o sul do país apresentaria destaque ao comercializar o charque com países europeus - Portugal, Itália, França, Alemanha entre outros. Pelotas se transformaria em um importante polo da cultura do gado e do charque. Dentro deste contexto, a cidade se desenvolveu rapidamente e ergueu centenas de edificações, ao longo do século XIX, de roupagem neoclássica e eclética, que receberam elementos da arte decorativa – escaiola, estuques parietais e de teto, vitrais, pinturas murais, estatuária em porcelana e gradis em *fer forgé* – que se transformaram na identidade cultural e social local. Descendentes da aristocracia charqueadora ergueram três casarões monumentais dotados de exuberância de ornatos, denunciando o poder aquisitivo da “família senhorial” pelotense. Os três “palacetes” se localizam na Praça Coronel Pedro Osório, ponto de destaque que abriga ainda prédios urbanos públicos de labor erudito da cidade, tais como a Biblioteca Pública, o Paço Municipal, o Liceu de Artes e Ofícios, o Mercado Público e o Teatro 7 de Abril. A maioria desses prédios teve seus projetos realizados por profissionais italianos, portugueses e franceses que se inspiraram no classicismo. Essas obras foram executadas a partir de meados do século XIX, no período de 1860 a 1890, considerado o auge da economia charqueadora. Os três casarões foram encomendados pelo Conselheiro Francisco Antunes Maciel,

pelo Barão de São Luís, Leopoldo Antunes Maciel, e, pelo Barão de Butuí, para servirem de residência para suas famílias. A autoria dos projetos ainda é incerta, no entanto, alguns nomes são considerados: José Izella Merotti, Guilherme Marcucci e Artur Antunes Maciel. Observa-se em suas fachadas a presença de platibanda, vasos, balaústres e estatuetas em faiança portuguesa, frontões com medalhões centrais e gárgulas em estuque além de balcões nas janelas superiores. No interior, os cômodos receberam revestimento decorativo em escaiola nas superfícies, ornatos em relevo nos forros, tabuado e ladrilho hidráulico nos pisos. A ornamentação dos estuques possui iconografia da função ou do uso de cada espaço, e a cozinha apresenta azulejos belgas em tons azuis com motivos fitomorfos. Pesquisas afirmam que a arte decorativa foi executada praticamente por especialistas vindos de fora do Brasil, pois 77% da mão-de-obra de mestres e artesãos que atuaram nestas edificações foi composta por açorianos, italianos e alemães. Entretanto, a parte bruta da obra teria sido executada pelos escravos que trabalhavam nas fazendas charqueadoras que se situavam ao longo do arroio Pelotas a poucos quilômetros dali. A cidade teve declínio econômico e social em princípios do século XX; algumas famílias abastadas deixaram suas residências e se mudaram da cidade. Nas últimas décadas os casarões receberam obras de conservação e restauro, abrigaram novos usos que permitem sua visitação e a preservação de parte da memória cultural da cidade.

ALEXANDRE MASCARENHAS, *Dr. arquiteto-restaurador, especialista em conservação de estuques ornamentais e de construções de terra. Mestrado em "Conservação e restauro de estuques ornamentais e estruturais de edificações históricas" (UFF, Niterói); Doutorado em "Conservação de moldagens e moldes em gesso da obra de Antônio Francisco Lisboa" (UFMG - NPGAU | UTL - FAU). Trabalha na área de projetos, coordenação, consultoria e execução de obras de conservação e restauração do patrimônio imóvel, integrado e móvel artístico e histórico. Ministra disciplinas e desenvolve pesquisas para o Curso Superior em Restauro do Instituto Federal Minas Gerais | IFMG – campus Ouro Preto, como professor, coordenador e orientador. Possui inúmeras publicações (livros, artigos, ensaios técnicos e teóricos) nas áreas afins.*

CRISTINA ROZISKY. *Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (1997). Artífice de Restauração de Bens Culturais, IPHAN/SENAC-RS (1999). Mestre Artífice Especialista em Conservação e Restauração de Estuques pelo Centro Europeu de Veneza para os Ofícios da Conservação do Patrimônio Arquitetônico, Itália, convênio Minc-Brasil/Unesco/BID (2001). Possui experiência prática e didática em Conservação e Restauração de Estuques. Atua como arquiteta autônoma desde 1997. Atualmente é Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas.*

FÁBIO GALLI. *Possui graduação em Bacharelado em Conservação e Restauro pela Universidade Federal de Pelotas (2011). Atualmente é Técnico de Restauro da Universidade Federal de Pelotas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, departamento de Arte e Cultura (DART), atuando principalmente nos seguintes temas: conservação e tombamento dos prédios de interesse histórico da Universidade, trabalho nos museus da instituição, projetos de extensão de restauro de obras de arte e fundação dos novos museus da universidade. Ainda se destacam as atuações na conservação e restauro dos bens integrados em estuque do patrimônio edificado na cidade de Pelotas e região, trabalho desenvolvido há aproximadamente 10 anos.*



MIGUEL LEAL

mmsml70@hotmail.com

6 de Junho de 2014, 12:30

Ornamentação fixa

A pintura decorativa do Palacete Alves Machado

O palacete Alves Machado, sito na Rua do Salitre, nºs 62 a 66, artéria que sobe até ao antigo Monte Olivete ou Alto da Cotovia e que é perpendicular à Avenida, corresponde a um dos palacetes oitocentistas que tem sobrevivido à política de demolições de interiores e de “fachadismo” que tem vigorado na cidade de Lisboa. Próximo da artéria nobre lisboeta – a Avenida da Liberdade – é um dos raros exemplares da zona do Salitre com decoração de interiores de finais do século XIX que chegou intacta aos nossos dias. Neste estudo pretendo apresentar, estudar e analisar o programa decorativo dos seus interiores, em particular a sua pintura decorativa, atribuída ao pintor setubalense Pereira Cão (José Maria Pereira Júnior, Setúbal, 1841 / Lisboa, 1921), um dos principais pintores decoradores de finais do século XIX, para além de cenógrafo, pintor de cavalete e pintor ceramista. Este artista, que nos deixou uma obra vastíssima, continua muito esquecido nos estudos de História de Arte.

Este edifício, de fachada austera, de três andares, e pintado de *bordeaux*, foi construído em 1875, num terreno que José Alves Machado comprou a Adriano Salgueiro. Em 1879 José Alves Machado, antigo emigrante nortenho que fizera fortuna no Brasil, foi agraciado pelo Rei D. Luís I com o título de Visconde; em 1896, o Rei D. Carlos I elevou-o à categoria de conde. Em 1899 este palacete foi vendido com todo o seu recheio ao Conselheiro Joaquim Cerqueira. Ao longo do século XX este palacete foi sendo vendido, passando de família em família, albergando várias instituições e é desde 1989 a sede da Fundação Oriente que agora o tem à venda. Contudo, quase milagrosamente, os seus interiores, muito bem conservados, mantêm intactos o seu programa decorativo original de finais do século XIX. As pinturas decorativas do seu interior vêm do tempo do Visconde Alves Machado e devem-se ao trabalho do experimentado pintor Pereira Cão, que ali concebeu quase um catálogo de salas pintadas em diferentes estilos,

e em que se destacam, pela sua originalidade, as pinturas que adornam as paredes da escadaria.

A fonte segura que nos conduz à autoria indubitável destes frescos e pintura decorativa sobre tela é Esteves Pereira. No artigo enciclopédico do *Dicionário Portugal (...)* sobre Pereira Cão, afirma este escritor e historiador: “Na rua do Salitre, no prédio que foi de Alves Machado, hoje Cerqueira, a escada é decorada com aves e flores, e a sala, no estylo (Luís) XVI, tem as paredes imitando seda amarela de uma grande ilusão”.

A pintura decorativa dos interiores do Palacete Alves Machado permanece, revelando o seu interesse e a sua originalidade como um exemplar dos finais do Romantismo, e é, sem dúvida, um dos melhores e inspirados trabalhos decorativos de Pereira Cão, que pode, nesta encomenda, fazer desfilir os estilos que dominava e que seriam certamente do agrado do seu opulento encomendante.

MIGUEL LEAL (Cartaxo, 1970), é investigador e membro colaborador do IHA/EAC da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Doutorando em História da Arte Contemporânea (FCSH-UNL), ultima a sua tese intitulada O Ressurgimento da Pintura Decorativa nos interiores Palacianos Portugueses: da Regeneração às Vésperas da República (1851-1910). Mestre em História da Arte Contemporânea (FCSH-UNL), com a tese intitulada A Pintura a Fresco entre Dois Séculos: Pereira Cão (1841-1921) e a Pintura Decorativa em Portugal. Pós-graduado em Formação Educacional - Ramo de História- FCSH-UNL e em Estudos Europeus – Dominante Jurídica, pela Universidade Católica Portuguesa (Lisboa). Licenciado em História (FCSH-UNL). Foi bolseiro de mestrado e de doutoramento apoiado pela FCT. Tem publicado artigos em revistas científicas e na imprensa regional. Frequentou diversos cursos nas áreas da História, História de Arte, Literatura, Genealogia, Paleografia e Direito, em diversas instituições de referência.





ROSA ARRAES

rosaarraes@hotmail.com

6 de Junho de 2014, 14:30

Ornamentação fixa

A função social das decorações e seus ornatos dos palacetes, na “Belle Époque” amazônica

Durante o “Ciclo da Borracha” na Amazônia brasileira (da segunda metade do séc. XIX ao início do séc. XX) surgiram delicadas construções particulares na cidade de Belém, conhecidas como Palacetes, que são uma síntese de grandes obras de arquitetura do período que ficou conhecido como a *Belle Époque* amazônica.

As rápidas transformações ocorridas na cidade de Belém durante este período colocam em pauta a necessidade de estabelecer sinais de identidade e distinção entre seus moradores, capazes de indicar visualmente os seus lugares sociais.

Assim, alguns elementos visuais que ornamentam e sinalizam os prédios edificadas em Belém na *Belle Époque* revelam, por detrás dos traços esculpidos de um imaginário estético, aquilo que a elite desejava edificar no seio da maior floresta tropical do mundo, na foz do Rio Amazonas.

Na cidade são construídos edifícios imponentes, não só pelas dimensões, como também pela presença dos mais diversos tipos de materiais construtivos e de ornamentação aplicada, como estuque, ferro fundido, ladrilhos hidráulicos, vidros e cristais trazidos da Europa.

O estuque foi amplamente utilizado nas frontarias, apresentando elementos decorativos de toda a forma: emoldurando as janelas com guirlandas de flores de diferentes tipos, em forma de painéis com anjos e ninfas, projetando um cenário mitológico, além das composições de frisos, cornijas, fitas, cariátides, cabeças de leão, volutas e balaustradas.

O objectivo deste trabalho é lançar um novo olhar sobre a cidade, procurando demonstrar que a arte visual urbana promove uma educação estética através da sensibilização do olhar. Para Erwin Panofsky (1983), a Iconologia é efectivamente um dos melhores métodos de pesquisa oferecidos pela História da Arte. A discussão deste estudo caminha no sentido

de acelerar o debate envolvendo as práticas ornamentais e o contexto sócio-cultural da cidade de Belém, identificando os elementos estéticos e as técnicas de execução, destacando principalmente a função social destes ornatos em relação as perspectivas do poder que se estabelecia através dos aspectos visuais da cidade.

É por esta via que se pode indagar sobre o lugar do ornamento e o seu modo de funcionamento na dimensão visual da sociedade da época.

ROSA ARRAES. Mestre em História Social da Amazônia - Conservadora e Restauradora do Museu de Arte de Belém - Fundação Cultural do Município de Belém - fone (91) -32410768- 88398869





MARIA JOÃO FERREIRA

mjoaopferreira@gmail.com

6 de Junho de 2014, 15:00

Equipamento Móvel

Ecoss de hábitos e usos nos inventários: os adereços têxteis nos interiores das residências senhoriais lisboetas seiscentistas e setecentistas

Objectos de grande beleza, dotados de intensas paletas cromáticas e de elaborados programas plástico-iconográficos, os adereços têxteis, graças às suas competências decorativas e funcionais, assumem notável relevância nos interiores residenciais portugueses no período Moderno, designadamente daqueles associados à elite lisboeta. Tal afigura-se perceptível não só através das extensas listagens de artigos com as mais diversas finalidades, arrolados nos inventários de bens patrimoniais datáveis desse mesmo período, como pelo facto de, não raras vezes, os mesmos sobressaírem, sob o ponto de vista quantitativo e até económico, em relação a outro tipo de objectos artísticos também elencados. Todavia, pese embora as óbvias constatações e os estudos já desenvolvidos, permanece ainda por apurar e compreender a real importância e protagonismo da componente têxtil na construção dos ambientes residenciais em Portugal no período Moderno.

Na presente comunicação intentar-se-á um primeiro ensaio de caracterização global das opções têxteis nos recheios domésticos lisboetas. Partindo da análise de um lote de inventários reunidos pela equipa do projecto *A Casa Senhorial* proceder-se-á à sistematização do manancial de informação que os mesmos reúnem. Ainda que os elementos a compulsar relativos aos têxteis variem consideravelmente, em termos de quantidade e de detalhe, entre a documentação a analisar, pretende-se identificar e traçar o perfil das principais tipologias que são objecto de referência e o seu destino funcional, assim como a proveniência (europeia e extra-europeia) e tipo de vivência que os caracteriza. Acreditamos que reunidos estes indicadores se poderá, ulteriormente, aferir quais as opções têxteis preponderantes e, por inerência, as sensibilidades e tendências de gosto da sociedade aristocrática da capital do reino neste domínio.

MARIA JOÃO FERREIRA. Nascida em Lisboa (1972), é bacharel em Conservação e Restauro pelo Instituto Politécnico de Tomar (1993) e licenciada em Artes Decorativas Portuguesas pela Escola Superior de Artes Decorativas - Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (ESAD) (1994). O tema da produção têxtil chinesa de exportação para Portugal, entre os séculos XVI e XVIII, serviu de base às investigações que desenvolveu com vista à obtenção do grau de Mestre em História da Arte na Universidade Lusíada de Lisboa (2002) e do de Doutor em História da Arte Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2011). Membro integrado do Centro de História de Além Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, desenvolve actualmente um projecto de investigação pós-doutoral intitulado Entre a utilidade e o deleite: o património têxtil na Casa de Bragança (séculos XVI-XVIII), na qualidade de bolsreira da FCT.





MARIA APARECIDA DE MENEZES BORREGO

mariaaparecidaborrego@gmail.com

6 de Junho de 2014, 15:30

Equipamento Móvel

Fontes e métodos para o estudo da casa colonial: relatos de uma experiência de pesquisa realizada no Museu Paulista/USP

Na comunicação, pretende-se apresentar e discutir os percursos metodológicos trilhados para a realização de uma pesquisa em andamento no Museu Paulista da Universidade de São Paulo sobre o espaço doméstico e a cultura material em São Paulo colonial.

Trata-se de uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, na modalidade Jovem Pesquisador (2011-2014), por mim coordenada, que conta com uma equipe de trabalho composta por bolsistas graduandos do curso de História da USP e especialistas em Tecnologia da Informação.

A investigação parte de uma centena de artefatos, notadamente móveis, datados do século XVII até a primeira metade do século XIX, pertencentes ao acervo da instituição, para refletir sobre as conjunturas vivenciadas pelos habitantes da cidade de São Paulo. E, num movimento de mão dupla, busca compreender os artefatos musealizados a partir de sua função utilitária e social em tempos passados.

Para além dos objetos remanescentes, recorreu-se a documentos iconográficos e textuais – sobretudo inventários e testamentos – uma vez que as informações relativas aos atributos físicos e aos usos sociais dos móveis favorecem o enquadramento dos artefatos como produtos do trabalho humano, vetores de relações pessoais e configuradores de práticas sociais. Entretanto, se os inventários ajudam a contextualizar os artefatos isolados no museu, por outro lado, sua própria sobrevivência nos obriga a analisar a materialidade que lhe corporifica, pois várias de suas características – visíveis e mensuráveis atualmente – não foram mencionadas na documentação cartorária do período, o que os torna singulares e, de certa forma, insubstituíveis.

O objetivo da comunicação, portanto, é discutir como se estabeleceu e se conformou, ao

longo do trabalho, um diálogo crítico entre as fontes tridimensionais – os objetos do Museu Paulista – e as fontes escritas e pictóricas produzidas no contexto de origem dos artefatos domésticos para a melhor compreensão das dinâmicas sociais que se desenvolviam nos interiores domésticos da América Portuguesa dos séculos XVIII e XIX.

MARIA APARECIDA DE MENEZES BORREGO é docente do Departamento de Acervo e Curadoria do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. É mestre e doutora em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e pós-doutora pelo Museu Paulista – USP.

É autora de “A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial” (2010), “Códigos e práticas: o processo de constituição urbana de Vila Rica colonial” (2004) e co-autora de “Poderes privados, práticas públicas” (2002).

Desde 2008, vem se dedicando ao estudo do espaço doméstico e das dimensões materiais da vida social em São Paulo no século XVIII e na primeira metade dos oitocentos, tendo publicado artigos e participado de vários eventos acadêmicos discutindo os resultados alcançados nas pesquisas sobre o tema.

Atua nas seguintes áreas: São Paulo, comércio, sociedade, espaço doméstico, cultura material, museu, América Portuguesa, império.





MARIZE MALTA

marizemalta@uol.com.br

6 de Junho de 2014, 16:30

Equipamento Móvel

Sumptuoso leilão de ricos móveis... Um estudo sobre o mobiliário das casas senhoriais oitocentistas no Rio de Janeiro por meio de compras e vendas

As casas senhoriais não teriam sido configuradas como tal sem seus recheios, sem os equipamentos móveis que permitiram que famílias permanecessem em seus interiores e usufruissem de sua configuração espacial. Mesmo sendo peças que cumprem importante papel de manter pessoas em um lugar, assessorar as práticas sociais e estar em estreita proximidade com seus usuários, os móveis carregam a natureza da mobilidade e eventualidade, acabando por serem preteridos dos estudos que assumem a ideia de perenidade e imobilidade como princípio de análise e valor. Poucas são as histórias da arte e da arquitetura que contemplam suas apreciações.

Compreender a anatomia dos interiores das casas senhoriais no Rio de Janeiro envolve inevitavelmente o estudo dos móveis e objetos que povoavam seus espaços e os tornaram únicos. Porém, a dificuldade de se certificar da sua compatibilização com os interiores em que se encontram e de sua organização espacial, somada a pouca documentação a eles relacionada, levam a quase inexistência de trabalhos a respeito dos móveis de uma casa ou de uma família. Pouco se sabe sobre os móveis das casas senhoriais no Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro oitocentista, como cidade capital do Império e da República, lidava com uma mobilidade significativa de população residente. As idas e vindas de famílias de origens diversas, sejam brasileiras ou estrangeiras, promoviam a necessidade frequente de aquisição e de descarte dos bens móveis que preenchiam as casas. Praticamente todos os dias móveis eram comprados e vendidos.

A forma mais corrente de realizar tal movimento se dava por meio de leilões, cujas ofertas eram publicadas diariamente nos jornais locais. Além dos pregões, alguns periódicos

publicavam listas descritivas dos bens a serem vendidos, como o “Jornal do Comércio”, um dos mais importantes da época, cuja circulação, com esse título, iniciou-se em 1827. Ao acessar essa documentação, é possível melhor compreender os tipos de móveis usados no preenchimento das casas ao longo do século XIX, bem como quantidade, variedade, nomenclatura, por vezes procedência, perfil do dono, matéria-prima e qualificação.

Algumas das listagens de leilões ainda eram subdivididas pelos cômodos em que os objetos se encontravam, permitindo obter um panorama das tipologias de móveis e objetos presentes comumente em salas e quartos das casas senhoriais do Rio de Janeiro.

Assim, a comunicação pretende apresentar o levantamento e a análise dos leilões de móveis e demais objetos decorativos ocorridos ao longo do século XIX no Rio de Janeiro, a partir dos anúncios publicados no “Jornal do Comércio”.

MARIZE MALTA. É arquiteta, com especialização (PUC-RJ) e mestrado (EBA/UFRJ) em História da Arte e doutorado em História Social (Universidade Federal Fluminense). É professora da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, atuando na graduação e na pós-graduação, desenvolvendo pesquisas na área de artes, com ênfase em história e teoria das artes decorativas, mobiliário, colecionismo e ambientes domésticos.

É líder dos grupos de pesquisa ENTRESSÉCULOS: mudanças e continuidades nas artes no Brasil nos séculos XIX e XX e MODOS – História da arte: modos de ver, exhibir e compreender, conjuntamente à Unicamp e à UnB. Integra o grupo de pesquisa Museu-Casa: espaço, memória e representação, da Fundação Casa de Rui Barbosa, atuando no projeto Casas Senhoriais em Lisboa e no Rio de Janeiro. É autora do livro O olhar decorativo: ambientes domésticos em fins do século XIX no Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Mauad X / Faperj, 2011).







Notas